

Documento Normativo

O que Pão para o Mundo pode fazer contra a fome?

Segurança alimentar como objetivo do combate à pobreza e da ajuda humanitária

Imprimir

Editor

Brot für die Welt

Evangelisches Werk für Diakonie
und Entwicklung e. V.

Caroline-Michaelis-Straße 1

10115 Berlin

Telefone: +49 30 65211 0

info@brot-fuer-die-welt.de

www.brot-fuer-die-welt.de

Autor: Bernhard Walter

Edição: Fachgruppe Ernährungssicherung

Resp. de acordo com a lei de imprensa: Klaus Seitz

Membro
actaliança

Julho de 2018

Conteúdo

Prefácio	5
1. Situação e motivação	6
2. Desafios relativos ao combate à pobreza e à segurança alimentar	9
2.1 Conjuntura atual da alimentação e dimensões da fome no mundo.....	9
2.2 As causas da fome e os desafios para a segurança alimentar	11
3. Princípios de Pão para o Mundo e Diakonie Katastrophenhilfe	15
3.1 Aos pobres a justiça e a realização dos Direitos Humanos.....	15
3.2 Paz, Justiça e Preservação da Criação.....	16
3.3 Participação e empoderamento.....	16
3.4 Garantir a sobrevivência na esfera local	17
3.5 Justiça de gênero.....	17
3.6 Princípios e padrões da ajuda humanitária, articulação entre a ajuda de emergência, a reabilitação e o desenvolvimento	18
4. Áreas de atuação e enfoques estratégicos de Pão para o Mundo e Diakonie Katastrophenhilfe com vistas à melhoria da segurança alimentar	20
4.1 Aplicar o Direito à Alimentação.....	20
4.2 Proporcionar a soberania alimentar	20
4.3 Promover a agroecologia.....	21
4.4 Melhorar o acesso a recursos naturais	22
4.5 Reforçar a resiliência climática.....	23
4.6 Fortalecer processos de organização	23
4.6.1 Criar perspectivas para os jovens no meio rural.....	24
4.7 Fomentar a formação, assessoria e pesquisa agrícolas.....	24
4.8 Qualificar a comercialização e a economia rural	24
4.9 Fomentar a pesca artesanal e a aquicultura sustentável.....	25
4.10 Criar condições internacionais e nacionais equitativas	25
4.10.1 O Direito à Alimentação como princípio fundamental da política agrícola nacional e internacional.....	25

4.10.2	O Acordo da OMC sobre Agricultura	26
4.10.3	Especulação com matérias-primas agrícolas.....	27
4.10.4	A política agrícola e de matérias-primas da União Europeia.....	27
4.10.5	Políticas agrícolas e alimentares nacionais.....	28
4.10.6	Padrões aplicáveis a alimentos.....	29
4.11	Assegurar a alimentação no meio urbano e intensificar a agricultura urbana	29
4.12	Garantir a segurança alimentar em caso de conflitos e desastres.....	30
4.13	Proporcionar uma alimentação saudável e equilibrada.....	31
4.14	Fortalecer a seguridade social	31
4.15	Intensificar as atividades de formação e divulgação para promover uma virada na agricultura e alimentação no Norte	32
5.	Conclusão	34
6.	Fontes e bibliografia.....	35
	Glossário.....	42
	Siglas e abreviaturas.....	45

Prefácio

Há seis décadas, Pão para o Mundo e Diakonie Katastrophenhilfe (Diakonie Ajuda de Emergência) se empenham pela superação da fome, pobreza e injustiça no mundo. Apesar de resultados impressionantes, resta muito a fazer. Uma em cada nove pessoas passa fome. Milhões de pessoas vivem em situação de pobreza. Incontável é o número de homens, mulheres e crianças que são perseguidos, humilhados e marginalizados. Guerras, conflitos, mudanças climáticas e estruturas econômicas injustas vêm agravando a fome e a miséria. Eis o nosso credo, como cristãos e cristãs: a distribuição equitativa e o acesso global às dádivas da Criação, em toda sua abundância, proporcionam uma vida com dignidade e plenitude para todos os seres humanos. Os recursos existentes são suficientes para todos.

Nós não concordamos com uma situação em que 815 milhões de pessoas passam fome e quase 850 milhões não têm acesso a água limpa. Isso é um escândalo em um mundo cada vez mais rico. Para realizar o objetivo adotado pela comunidade internacional – que pretende erradicar a pobreza, a fome e a desnutrição até 2030 – e também para garantir alimentação para todos, não basta exigir mudanças das sociedades do Sul Global. Nós, que vivemos no Norte, também precisamos mudar. Afinal, o estilo de vida e o modelo econômico adotados pelo hemisfério Norte estão intrinsecamente ligados às condições de vida em outras partes do mundo.

Sob o título “O que Pão para o Mundo pode fazer contra a fome – segurança alimentar como objetivo do combate à pobreza e da ajuda humanitária”, Pão para o Mundo e Diakonie Katastrophenhilfe buscam definir elementos básicos de uma política de segurança alimentar que seja coerente e objetiva. O documento retrata os desafios globais do combate à fome e da segurança alimentar, os princípios adotados por Pão para o Mundo e Diakonie Katastrophenhilfe, bem como as estratégias, os enfoques e as áreas de atuação mais importantes das duas organizações com relação à segurança alimentar, à soberania alimentar

e ao Direito à Alimentação. Juntamente com suas organizações parceiras, Pão para o Mundo pretende fortalecer a soberania alimentar por meio de atividades de *advocacy* e *lobby* que promovam a agricultura agroecológica adaptada ao contexto local e pautada pela responsabilidade climática, e que também incentivem a pesca artesanal sustentável e a realização do Direito à Alimentação. No caso de crises agudas acompanhadas de insegurança alimentar, Diakonie Katastrophenhilfe deve ampliar a ajuda de emergência, o apoio à reconstrução e a prevenção de desastres e reforçar a resiliência das comunidades, com agilidade, de acordo com a demanda específica e em conformidade com os padrões e códigos de ajuda humanitária, próprios e internacionais.

A política de segurança alimentar de Pão para o Mundo e Diakonie Katastrophenhilfe se enquadra no contexto formado por outros posicionamentos das igrejas que se ocupam da questão. Esta orientação constitui uma base duradoura sobre a qual podem ser construídas orientações, estratégias, posicionamentos e guias adicionais na área da segurança alimentar que, em parte, já existem. De acordo com a orientação estratégica de Pão para o Mundo e Diakonie Katastrophenhilfe, a política de segurança alimentar das organizações considera os objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS) da comunidade internacional. Com seus enfoques estratégicos e áreas de atuação, ela tenta responder aos ODS, sobretudo ao segundo objetivo: “Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável”.

Esperamos que este documento dê respaldo e orientação aos quadros de nossa organização e de nossas organizações parceiras em sua luta pela justiça e pela superação da fome e da miséria.

Dra. h.c. Cornelia Füllkrug-Weitzel

Presidente de Pão para o Mundo e Diakonie Katastrophenhilfe

1. Situação e motivação

O objetivo desta orientação consiste em definir, para Pão para o Mundo, Diakonie Katastrophenhilfe e seus quadros, as linhas mestras de uma política de segurança alimentar coerente e objetiva. Este documento retrata os desafios globais do combate à fome e da segurança alimentar, os princípios adotados por Pão para o Mundo e Diakonie Katastrophenhilfe, bem como as estratégias, as áreas de atuação e os enfoques mais importantes com relação à segurança alimentar, à soberania alimentar e ao Direito à Alimentação que são adotados para responder a esses desafios. Com sua política de segurança alimentar, Pão para o Mundo pretende fortalecer a soberania alimentar nacional, europeia e global por meio de atividades de *advocacy e lobby* que promovam a agricultura agroecológica, adaptada ao contexto local e com responsabilidade climática, a pesca artesanal sustentável e a aplicação eficaz do Direito à Alimentação. No caso de crises agudas acompanhadas de insegurança alimentar, Diakonie Katastrophenhilfe deve ampliar a ajuda de emergência, o apoio à reconstrução e a prevenção de desastres e reforçar de maneira ágil a resiliência das comunidades, de acordo com a demanda específica e em conformidade com os padrões e códigos de ajuda humanitária, próprios e internacionais.

Segundo o planejamento estratégico de Pão para o Mundo (2016-2020), essa política interorganizacional considera os propósitos dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da comunidade internacional e pretende responder, em seus enfoques estratégicos e áreas de atuação, sobretudo ao ODS 2: Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável (ver caixa de texto: Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS 2)). Tendo em vista que a segurança alimentar é uma das seis áreas focais de fomento a programas e projetos, essa política deve permear todas as áreas de fomento.

Ademais, esta orientação política está relacionada, por meio de interfaces consistentes e coerentes, a outras declarações e estudos publicados pelas igrejas, bem como a outros assuntos setoriais de Pão para o Mundo e Diakonie Katastrophenhilfe que se referem à questão da segurança alimentar. A título de exemplo, citamos os estudos da comissão da Igreja Evangélica na Alemanha (EKD) para o

desenvolvimento sustentável: “Unser tägliches Brot gib uns heute [O pão nosso de cada dia nos dai hoje]. Neue Weichenstellung für Agrarentwicklung und Welternährung” [Um novo rumo para o desenvolvimento agrícola e a alimentação mundial] (2015), “Die Erde ist des Herrn und was darinnen ist” [A terra e tudo que nela há são do Senhor], “Biopatente und Ernährungssicherung aus christlicher Perspektive” [A perspectiva cristã das biopatentes e da segurança alimentar] (2012), “Ernährungssicherung und Nachhaltige Entwicklung” [Segurança alimentar e desenvolvimento sustentável] (2000), bem como o posicionamento da comissão sobre “Leitlinien für eine multifunktionale und nachhaltige Landwirtschaft [Diretrizes para uma agricultura multifuncional e sustentável]. Zur Reform der gemeinsamen Agrarpolitik (GAP) der EU” [Sobre a reforma da Política Agrícola Comum (PAC) da UE] (2011), a Manifestação do 11º Sínodo da EKD “Es ist genug für alle da – Welternährung und Landwirtschaft” [Há o suficiente para todos – alimentação mundial e agricultura] (2013) e o documento conjunto da EKD e da Conferência dos Bispos Alemães “Neuorientierung für eine nachhaltige Landwirtschaft [Reorientação rumo a uma agricultura sustentável]. Ein Diskussionsbeitrag zur Lage der Landwirtschaft” [Uma contribuição à discussão sobre a situação da agricultura] (2003). Vários especialistas de Pão para o Mundo participaram da elaboração desses documentos. De modo semelhante, os documentos setoriais de Pão para o Mundo – Serviço Protestante para o Desenvolvimento e das organizações que a antecederam constituem importantes componentes desta orientação política. “Wer ernährt die Welt [Quem alimenta o mundo]? Bäuerliche Landwirtschaft hat Zukunft” [A agricultura familiar tem futuro] (EED 2008), “Fünfzig Jahre Brot für die Welt [Cinquenta anos de Pão para o Mundo]. Standortbestimmung und Selbstverständnis eines kirchlichen Entwicklungswerks” [Posição e identidade de uma organização eclesial de cooperação para o desenvolvimento] (Pão para o Mundo 2008), “Humanitäre Hilfe weltweit [Ajuda humanitária no mundo]. 50 Jahre Diakonie Katastrophenhilfe” [50 anos de Diakonie Katastrophenhilfe] (DWEKD 2004) e “Nachhaltige Landwirtschaft [Agricultura sustentável]. Orientierungsrahmen für eine sozial- und umweltverträgliche Landwirtschaft aus Sicht der kirchlichen Zusammenarbeit” [Marco referencial para uma agri-

cultura com responsabilidade social e ambiental – a perspectiva da cooperação eclesial para o desenvolvimento] (Pão para o Mundo 1997). Esta orientação constitui uma base duradoura sobre a qual podem ser construídas orientações, estratégias, posicionamentos e guias adicionais na área da segurança alimentar que, em parte, já existem (engenharia genética verde, Política Agrícola da UE, bioenergia, etc.).¹

¹ Para reduzir a complexidade deste documento, atemo-nos às dimensões mais importantes da segurança alimentar, sem entrar no mérito de questões como política comercial, impacto do desenvolvimento agrícola da Alemanha na política agrícola internacional, entre outros assuntos, que são debatidos, por extenso, nos estudos, posicionamentos e estratégias setoriais mencionados acima.

Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 2: Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável

2.1 Até 2030, acabar com a fome e garantir o acesso de todas as pessoas, em particular os pobres e pessoas em situações vulneráveis, incluindo crianças, a alimentos seguros, nutritivos e suficientes durante todo o ano.

2.2 Até 2030, acabar com todas as formas de desnutrição, incluindo atingir, até 2025, as metas acordadas internacionalmente sobre nanismo e caquexia em crianças menores de cinco anos de idade, e atender às necessidades nutricionais dos adolescentes, mulheres grávidas e lactantes e pessoas idosas.

2.3 Até 2030, dobrar a produtividade agrícola e a renda dos pequenos produtores de alimentos, particularmente das mulheres, povos indígenas, agricultores familiares, pastores e pescadores, inclusive por meio de acesso seguro e igual à terra, outros recursos produtivos e insumos, conhecimento, serviços financeiros, mercados e oportunidades de agregação de valor e de emprego não agrícola.

2.4 Até 2030, garantir sistemas sustentáveis de produção de alimentos e implementar práticas agrícolas resilientes, que aumentem a produtividade e a produção, que ajudem a manter os ecossistemas, que fortaleçam a capacidade de adaptação às mudanças climáticas, às condições meteorológicas extremas, secas, inundações e outros desastres, e que melhorem progressivamente a qualidade da terra e do solo.

2.5 Até 2020, manter a diversidade genética de sementes, plantas cultivadas, animais de criação e domesticados e suas respectivas espécies selvagens, inclusive por meio de bancos de sementes e plantas diversificados e bem geridos em nível nacional, regional e internacional, e garantir o acesso e a repartição justa e equitativa dos benefícios decorrentes da utilização dos recursos genéticos e conhecimentos tradicionais associados, como acordado internacionalmente.

2.a Aumentar o investimento, inclusive via o reforço da cooperação internacional, em infraestrutura rural, pesquisa e extensão de serviços agrícolas, desenvolvimento de tecnologia, e os bancos de genes de plantas e animais, para aumentar a capacidade de produção agrícola nos países em desenvolvimento, em particular nos países menos desenvolvidos.

2.b Corrigir e prevenir as restrições ao comércio e distorções nos mercados agrícolas mundiais, incluindo a eliminação paralela de todas as formas de subsídios à exportação e todas as medidas de exportação com efeito equivalente, de acordo com o mandato da Rodada de Desenvolvimento de Doha.

2.c Adotar medidas para garantir o funcionamento adequado dos mercados de commodities de alimentos e seus derivados, e facilitar o acesso oportuno à informação de mercado, inclusive sobre as reservas de alimentos, a fim de ajudar a limitar a volatilidade extrema dos preços dos alimentos.

2. Desafios relativos ao combate à pobreza e à segurança alimentar

2.1 Conjuntura atual da alimentação e dimensões da fome no mundo

Definições de segurança alimentar, soberania alimentar e do Direito à Alimentação

A FAO – Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação define a segurança alimentar como o estado em que todos os seres humanos, a qualquer momento, têm acesso físico, social e econômico a alimentos suficientes, seguros e nutritivos que atendem às necessidades de alimentação de uma vida ativa e saudável. Com base nessa definição, a FAO identifica quatro dimensões principais da segurança alimentar. São elas: disponibilidade de alimentos, acesso aos alimentos, utilização e aproveitamento dos alimentos, estabilidade do sistema agrícola e alimentar.

Soberania alimentar é um conceito político de movimentos sociais que foi concebido em 1996 pela Via Campesina, uma de nossas organizações parceiras. A soberania alimentar transcende a segurança alimentar, integrando a decisão soberana dos agricultores sobre o tipo de alimentação que produzem e sobre as formas de produção, bem como a decisão soberana dos consumidores sobre o tipo de comida que vão comer. Antes de mais nada, o conceito da soberania alimentar é uma contraproposta ao modelo agrícola neoliberal, contra a liberalização dos mercados de produtos agrícolas, a privatização de serviços rurais, a concentração e apropriação de recursos produtivos – como terra, sementes, água, recursos naturais e pesqueiros – nas mãos de poucos, sejam eles pessoas físicas ou empresas. Como contraproposta, defende-se a visão de uma agricultura familiar, multifuncional e sustentável e da pesca artesanal. A soberania alimentar aplica-se a todos os países (ver capítulo 4.2).

O Direito à Alimentação representa a dimensão jurídica no que diz respeito à disponibilidade e ao acesso a uma alimentação adequada, definindo as obrigações dos Estados e possibilitando uma aplicação eficaz por meio da via judicial e de campanhas políticas da sociedade civil. O Direito à Alimentação, consagrado na Declaração Universal dos Direitos Humanos em 1948, foi explicitado em 1966 no Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (DESC). Em 2004, a FAO aprovou as “Diretrizes Voluntárias sobre o Direito à Alimentação”, complementadas em 2014 pelas “Diretrizes Voluntárias para a Governança Responsável da Terra, dos Recursos Pesqueiros e Florestais”. Quase todos os Estados ratificaram o Pacto DESC, ou seja, os Estados não podem impedir o acesso à alimentação (obrigação de respeitar), devem agir para impedir que terceiros, como empresas privadas, interfiram no acesso à alimentação (obrigação de proteger) e devem, ainda, utilizar todos os recursos que estão ao seu alcance para prover o acesso a alimentos a quem é incapaz de obtê-los por conta própria (obrigação de prover) (ver 4.1).

Ao longo das décadas passadas, várias foram as tentativas da comunidade internacional de combater a fome. E, de fato, há resultados consideráveis: segundo dados da FAO, o número de famintos caiu pela metade em 25 países desde 1990. Apesar dessa redução, em 2016 havia 815 milhões de famintos no mundo, um aumento de 38 milhões comparado com o ano anterior. Em números absolutos, os indicadores não melhoram há quatro décadas: o total de famintos monta a aproximadamente 800 milhões. O Objetivo de Desenvolvimento do Milênio 1 (ODM 1), que fora

adotado sem grande convicção pela comunidade internacional e previa reduzir pela metade a porcentagem de subnutridos em todos os países em vias de desenvolvimento entre 1990 e 2015, por pouco não foi atingido². Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), aprovados

² De acordo com a FAO, a porcentagem de pessoas subnutridas caiu de 23,3% (1990-1992) para 12,9% (2014-2016) nos países em vias de desenvolvimento (sobre os problemas da metodologia de mensuração, ver acima.)

em 2015, são bem mais ambiciosos: o ODS 2 pretende acabar por completo com a fome e com todas as formas de desnutrição até 2030.

Em parte, os resultados obtidos no combate à fome são colocados em xeque por conflitos e crises. Em seu relatório de desenvolvimento de 2011, o Banco Mundial alertou que 1,5 bilhão de pessoas que vivem em regiões de conflitos não foram beneficiadas pelos resultados de desenvolvimento dos últimos 30 anos. Além disso, 66 milhões de pessoas que vivem em países atingidos por conflitos violentos, guerras civis e condições frágeis estão fugindo da violência e destruição, da fome e da pobreza (FAO 2017). Para muitos, a alimentação não está assegurada. É por isso que a ajuda alimentar em crises agudas continua a ser um instrumento importante para prover alimentos às populações mais vulneráveis. Somente em 2016, o Programa Mundial de Alimentação das Nações Unidas apoiou mais de 82 milhões de famintos em 76 países, provendo-os de alimentos. Segundo informações da FAO, 39 países, 28 dos quais na África, dependiam de ajuda alimentar externa em dezembro de 2016. Em 2015, haviam sido apenas 30. Perdas de safra, parciais e totais, em função de efeitos climáticos e conflitos, costumam ser as principais causas da fome aguda em muitos países.

Por detrás desses 815 milhões de famintos, há muita subnutrição e má nutrição que não se percebe à primeira vista. Para fins de cálculo, a FAO considera apenas as calorias disponíveis para a população. Além de proteínas, gordura e carboidratos, uma alimentação suficiente e equilibrada, que assegure todas as funções do corpo humano, exige vitaminas, micronutrientes, fibras e minerais. Segundo a FAO e a OMS, aproximadamente 2,5 bilhões de pessoas sofrem de deficiência crônica de micronutrientes por causa da pobreza. Sendo assim, a aplicação ineficaz do Direito à Alimentação é uma das violações mais graves dos Direitos Humanos, cuja escala demanda prioridade máxima em termos políticos, sociais e econômicos.

Tendo em vista que os famintos lutam, diariamente, pela sobrevivência, os efeitos físicos da fome crônica são devastadores. O horizonte de planejamento dos que passam fome é marcado pela busca diária de alimentos. Segundo estimativas das Nações Unidas, a má nutrição e a subnutrição ceifam 8,8 milhões de vidas por ano – 24.109 mortes por dia. Em termos estatísticos, o número de famintos varia de acordo com a definição da necessidade calórica. Enquanto a FAO define um mínimo de 1.800 calorias por dia, a OMS acredita que uma vida saudável e ativa deman-

da, no mínimo, 2.100 calorias diárias. De acordo com a FAO, são famintas as pessoas que não ingerem alimentos suficientes para suprir a demanda energética diária. No entanto, a FAO supõe um estilo de vida “sedentário” (trabalho em escritório, etc.), desconsiderando que a esmagadora maioria dos homens e das mulheres pobres nos países em vias de desenvolvimento executa atividades braçais exigentes, trabalhando na lavoura, catando lenha, carregando água, ou seja, executando atividades que consomem uma quantidade muito maior de calorias. Além disso, as estatísticas da FAO contabilizam apenas as pessoas que sofrem de subnutrição contínua há mais de um ano. É certo, porém, que uma grave subnutrição que dure “apenas” semanas ou meses pode afetar a saúde, principalmente de gestantes, lactantes, crianças pequenas e doentes.

As meninas e mulheres são as principais vítimas da fome: elas representam 79% dos famintos. Devido à discriminação estrutural desse grupo, o nível de ensino e o poder econômico e social de mulheres e meninas são inferiores aos dos homens e meninos, um fenômeno que também se manifesta na agricultura: embora boa parte das atividades agrícolas nos países em vias de desenvolvimento seja tarefa das mulheres (que, como se não bastasse, ainda lutam por melhores condições de vida para seus filhos), poucas têm um título fundiário ou o poder de decidir sobre a produção. Suas condições de trabalho e produção são piores e há uma relação estreita entre a desigualdade de gênero e a fome.

Aproximadamente 80% dos famintos vivem no meio rural. Cerca de 50% são pequenos/as agricultores/as, 20% trabalhadores/as rurais sem terra e 10% catadores/as e pastores, isto é, criadores/as de animais de pequeno porte. Os outros 20 por cento dos pobres pertencem à população urbana.

Até mesmo nos países com boa média de renda, podem existir regiões e populações em situação de risco, gravemente afetadas pela fome. Na África Subsaariana, o número de famintos cresceu, passando de 176 milhões (1990-1992) para 216 milhões de pessoas em 2014-2016. Em função disso, a África Subsaariana lidera o ranking mundial, com 26 por cento de pessoas subnutridas.

A Ásia é o continente onde vivem 65% de todos os famintos (533 milhões de pessoas). No Leste Asiático, o número de famintos caiu de 295 milhões (1990-1992) para 213 milhões (no triênio de 2014-2016). A China foi um dos países que obteve resultados bastante positivos no comba-

te à subnutrição. A Índia, que no mesmo período reduziu o número de famintos de 210 para 191 milhões, continua sendo o país com o maior número de famintos no mundo, com um elevado índice de crianças que sofrem de subnutrição crônica. Entre os países da Ásia, destacam-se os resultados do combate à fome no Vietnã, na Tailândia e na Indonésia. No mesmo período, o número de subnutridos caiu de 58 para 41 milhões na América Latina. Em países como o Peru e o Brasil, o combate à fome trouxe bons resultados.

Em termos puramente quantitativos, o mundo produz alimentos suficientes para suprir as 4.600 kcal que são necessárias por pessoa e dia. No entanto, dessas 4.600 kcal, 600 kcal são perdidas após a colheita, 1.200 kcal viram ração animal, outras 800 kcal são descartadas ou se perdem durante o transporte e armazenamento. Em média, sobram apenas 44% das calorias produzidas pela agricultura, ou seja, 2.000 kcal de alimentação direta per capita.

2.2 As causas da fome e os desafios para a segurança alimentar

A fome é, acima de tudo, um sintoma da pobreza. Normalmente, quem passa fome não dispõe de renda suficiente para adquirir os alimentos necessários ou não tem os meios necessários para produzi-los. Além da falta de acesso a alimentos existentes e aos meios de produção, as causas da fome são o desperdício, as perdas pós-colheita e a utilização para fins alheios à alimentação humana. Na opinião da FAO, a agricultura mundial poderia alimentar 12 bilhões de pessoas se a produção fosse destinada ao consumo humano direto.

O mais importante, contudo, é garantir o acesso local aos alimentos para a população pobre. Os mercados globais provaram ser uma base precária para o abastecimento de alimentos. As crises da fome, causadas pelo aumento repentino dos preços em 2007 e 2008, são prova disso. Nas décadas anteriores, os excedentes estruturais da produção agrícola na UE e nos EUA, vendidos por pouco dinheiro em função dos subsídios à exportação, haviam provocado uma diminuição no preço da maioria dos alimentos. Sem apoio político e financeiro e, acima de tudo, sem proteção suficiente às importações, o investimento na produção de alimentos deixara de ser rentável para os pequenos agricultores dos países em vias de desenvolvimento. A crise

alimentar mundial de 2008 inverteu esse quadro, e os preços dos produtos agrícolas começaram a subir. Essa inversão da conjuntura desencadeou um *boom* nos investimentos agrícolas, mais do que necessários nos países do Sul. Em função da crise e do aumento de preços, investidores de peso, internacionais e nacionais, começaram a investir em monoculturas agrícolas. Desde a crise alimentar mundial, países prósperos, com recursos agrícolas limitados e que dependem de alimentos importados, como os países do Golfo Árabe e a China, duvidam que o mercado global seja uma fonte fiável de abastecimento. Para assegurar o abastecimento de suas populações, esses países começaram a investir na compra de vastas extensões de terra no exterior (*landgrabbing*). Outros investidores começaram a produzir alimentos e matérias-primas para a indústria e exportação. Apesar das enormes dimensões, esses negócios são difusos, tendo em vista que as negociações costumam ocorrer a portas fechadas. Segundo a Iniciativa Matriz das Terras, que analisa apenas os negócios que envolvem 200 ou mais hectares, investidores obtiveram a concessão de explorar 54 milhões de hectares desde 2000. Muitas das pessoas que viviam nessas terras são despejadas ou reassentadas. As comunidades rurais são privadas de direitos fundiários, formais e tradicionais: muitas comunidades são reassentadas contra sua vontade ou despejadas de maneira violenta por forças de segurança públicas ou privadas.

Frente a esse cenário, o desafio consiste em resistir à tomada de terras e à violação dos Direitos Humanos e assegurar a utilização da terra de maneira a preservar a soberania alimentar das sociedades locais, considerando, sempre, os interesses das populações mais vulneráveis. Apesar dos investimentos agrícolas, os conflitos de terra podem inclusive agravar o quadro da fome. Em função disso, o Comitê de Segurança Alimentar das Nações Unidas, cujo mandato foi renovado na crise de 2009, adotou as "Diretrizes Voluntárias para a Governança Responsável da Terra, dos Recursos Pesqueiros e Florestais". Com base nos Direitos Humanos, as diretrizes pretendem contribuir para a governança responsável desses recursos naturais, garantindo direitos fundiários legítimos e prevenindo a tomada de terras por investidores que desrespeitam as obrigações que emanam dos Direitos Humanos.

Além dos preços baixos, a presença contínua da fome deve ser atribuída ao descaso e abandono sofridos pela política agrícola e pelo desenvolvimento rural nos países do Sul. Por décadas, não houve investimento público suficiente em infraestrutura, acesso ao mercado, transporte, consul-

toria, pesquisa e formação agrícola, armazenamento, meteorologia, veterinária e direitos de acesso à terra. Frente à falta de verbas para investir na preservação dos recursos naturais, a produção caiu. Apesar da decisão tomada em Maputo, em 2003, menos de dez Estados africanos utilizaram dez por cento ou mais de seu orçamento público para promover a agricultura e o desenvolvimento rural. Ao mesmo tempo, os setores de beneficiamento e comercialização de alimentos oferecem poucos empregos. Tudo isso fez com que vários países negligenciassem sua autonomia alimentar. Esses países acabaram comprando alimentos no mercado global e produzindo para exportação (café, cacau, ração animal, verduras e flores de corte) a preços supostamente superiores. O Banco Mundial recomendara essa “estratégia de segurança alimentar alicerçada no comércio” no relatório mundial de desenvolvimento de 1986. A estratégia fundamentou as decisões de liberalização no acordo agrícola da Organização Mundial do Comércio – OMC, instituída em 1995. Em função da estratégia de abertura dos mercados, o número dos países com balanço agrícola positivo (exportações superiores a importações) saltou de 30 (anos 80) para mais de 110 (2008).

Na opinião da FAO, o abastecimento de aproximadamente 9,6 bilhões de pessoas (estimativa da população em 2050) exige um aumento da produção de alimentos na ordem de 70 por cento. No entanto, esse prognóstico é duvidoso, já que utiliza como referência global as demandas e os estilos de vida dos países industrializados, além de partir do pressuposto de que as enormes perdas pós-colheita e o desperdício dos alimentos não serão alterados, e de que a demanda de biocombustíveis e da bioeconomia apresentará um crescimento vertiginoso. Por outro lado, o prognóstico mostra que o foco exclusivo no aumento da produção não é suficiente para garantir a segurança alimentar universal. Assim sendo, os governos precisam adotar estratégias e programas para melhorar a distribuição de alimentos e assegurar o Direito à Alimentação por meio do acesso a uma alimentação suficiente.

Atualmente, muitos países enfrentam enormes dificuldades para assegurar a alimentação de sua população. Os hábitos alimentares mudam constantemente: enquanto o consumo de alimentos industrializados de conveniência, ricos em calorias, principalmente em gorduras e açúcares, aumenta, as pessoas consomem cada vez menos micronutrientes. Com isso, aumenta a susceptibilidade para as chamadas “doenças civilizacionais”, como doenças cardiovasculares, diabetes, obesidade e o risco de contrair infecções. Um dos principais vetores desse fenômeno é a urba-

nização. Segundo estimativas do UNDESA – Departamento dos Assuntos Econômicos e Sociais das Nações Unidas, em 2050, dois terços da população mundial viverão em cidades. Alimentar-se de forma saudável é um grande desafio, sobretudo para a população urbana pobre, que, em função da falta de terras agricultáveis, não tem outra opção senão a de comprar alimentos. A expansão global das redes de supermercados vem dificultando a compra de alimentos e os tornando mais caros: muitas vezes, as redes suplantam as feiras locais e informais dos pequenos agricultores da região. Apesar de não atenderem aos padrões impostos pelas redes de supermercados em termos de aparência ou dimensão, os produtos provenientes de feiras são saborosos, de boa qualidade e, sobretudo, mais econômicos. No que tange ao abastecimento das cidades, a agricultura familiar é de fundamental importância: em muitos países, ela produz 70 a 80 por cento dos alimentos básicos, alimentando boa parte da população urbana.

Considerando as condições naturais da produção agrícola global, as mudanças climáticas agravam muitos dos problemas acima identificados, podendo tornar-se o maior obstáculo para a superação da fome e da desnutrição. Caso se frustrasse a tentativa de limitar o aquecimento global em 2°C, haverá muitas regiões nas quais as medidas de adaptação não serão suficientes para mitigar os impactos na agricultura. De acordo com prognósticos do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas, a produção de alimentos deve cair pela metade em determinadas regiões da África. O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) acredita que, até 2080, as mudanças climáticas vão condenar outras 600 milhões de pessoas à fome e à desnutrição. Os impactos originados pelo desenvolvimento global não são as causas exclusivas dos conflitos de distribuição dos recursos naturais, como terra e água, e dos riscos à segurança alimentar. A crescente relevância do setor agrícola na mitigação das mudanças climáticas traz, no seu bojo, um elevado potencial de conflitos. Por um lado, o uso da terra vem se transformando em uma das questões-chave da política internacional do clima. Por outro, os efeitos da política do clima influenciam o uso da terra. Há quem defenda que o reflorestamento de vastas áreas e a produção maciça de bioenergia, conjugada com tecnologias de separação e armazenamento de carbono, podem contribuir para alcançar os objetivos de mitigação e adaptação. Segundo o princípio das emissões zero, o sequestro de carbono na agricultura vem sendo utilizado, progressivamente, para compensar emissões causadas por outros setores da economia. Cada vez mais, o solo e as florestas entram na mira dos mercados de compensação

das emissões, que estão em franca expansão. A crescente pressão sobre as terras férteis e agricultáveis intensificará o conflito com outros objetivos e realidades do uso da terra, como a alimentação e a preservação da biodiversidade ou do habitat de populações diversas, entre as quais as comunidades indígenas.

Paralelamente aos impactos das mudanças climáticas, a segurança alimentar sofre os efeitos da falta de água. Segundo estimativas da OCDE, o consumo global de água deve dobrar até 2050. A água doce, recurso finito, vai se tornar um recurso escasso e, com isso, 40 por cento da população global pode vir a viver em regiões com falta de água. Os conflitos pelo acesso à água e à terra abastecida de água tendem a agravar-se. Sobretudo nas latitudes tropicais e subtropicais, a agricultura, pecuária e pesca serão afetadas pela alteração das chuvas e pelo degelo, provocando desde altos e baixos na produção até a perda de safras inteiras. No longo prazo, a produção de alimentos por agricultores pobres e pastores com pequenas áreas de pastoreio dependerá do acesso a tecnologias de irrigação adaptadas, cultivares e culturas de baixo consumo de água, áreas de pastoreio com recursos hídricos, além de outros serviços com relevância para a agricultura, como seguros contra perda de safra. Para evitar a concorrência com culturas alimentares em regiões com pouca água, será necessário, ainda, reduzir o cultivo de plantas forrageiras de alto consumo de água.

Nas últimas décadas, a agricultura intensiva, as vastas mudanças na ocupação do solo e o desflorestamento afetaram, em parte de forma irreversível, a (agro)biodiversidade. O melhoramento genético reduziu a diversidade de espécies, tanto na agricultura como na pecuária. Dentro das espécies, a diversidade de cultivares e raças foi suplantada por alguns poucos cultivares e raças de alto rendimento e características genéticas uniformes. Para garantir a alimentação, seria de fundamental importância deter essa perda acelerada da diversidade de genomas, cultivares, raças, espécies e ecossistemas inteiros. Afinal, o melhoramento genético de plantas e animais é beneficiado quando se tem acesso a um amplo acervo genético. Essa diversidade biológica concentra-se nos países do Sul Global, em espécimes selvagens, nas pequenas propriedades tradicionais e em áreas selvagens. Os métodos modernos permitem utilizar características genéticas tradicionais, conjugando aquilo que as variedades tradicionais têm de rusticidade, robustez e tolerância a estresse com o alto rendimento de variedades modernas.

Nas próximas décadas, as reservas finitas de muitos recursos minerais e fósseis, sobretudo o petróleo, chegarão ao fim ou sua exploração deixará de ser economicamente viável. A proposta da bioeconomia é tentar encontrar uma saída, substituindo os recursos finitos por recursos agrícolas renováveis. Caso essa ideia seja viabilizada, o estilo de vida de boa parte da população global, caracterizado pelo elevado consumo de recursos, aliado ao crescimento populacional, vai aumentar ainda mais a demanda de matérias-primas de origem agrícola. Sem levar em consideração os efeitos socioambientais da bioeconomia, os pobres vão correr o risco de perder o acesso a uma alimentação suficiente e equilibrada. Além disso, a necessidade de explorar os recursos naturais e ecossistemas vai aumentar exponencialmente, gerando impactos negativos sobre as bases naturais, que são fundamentais para a agricultura e a segurança alimentar. Os efeitos que se fazem sentir, desde 2008, com a substituição de combustíveis fósseis por plantas energéticas serão elevados a uma nova potência, adquirindo escala bem maior caso a proposta da bioeconomia seja implantada em todas as suas vertentes.

Paralelamente a esses processos, intensos processos de concentração vêm ocorrendo tanto nos sistemas agrícolas altamente mecanizados – que se assemelham às indústrias, exigem volumosos investimentos e são caracterizados pelo elevado consumo de adubos minerais, pesticidas e ração – como nos setores de insumos, beneficiamento e comercialização, e isso vem acompanhado de uma enorme intensificação da tecnologia agrícola “moderna”. No intuito de aumentar a produção e compensar os impactos ecológicos da agricultura moderna, propagam-se processos produtivos mais eficientes. Por meio da digitalização, da coleta dos dados sobre o solo e dos parâmetros sobre o cultivo e o clima, a chamada “agricultura de precisão” pretende contribuir para a utilização pontual de máquinas, fertilizantes e pesticidas com vistas a otimizar resultados e utilizar cada metro quadrado de todas as terras aráveis de forma racional e ambientalmente eficiente. Nos últimos anos, processos biotecnológicos, como a edição dos genomas, proporcionaram a descodificação genética de plantas e animais, bem como a recomposição genética, com o objetivo de criar cultivares e seres vivos de alto rendimento com reduzido impacto ambiental. Esses processos funcionam apenas com uma maior mecanização e capitalização da agricultura. Em medida crescente, o capital necessário provém de atores não ligados à agricultura, como instituições financeiras e empresas, e também de algumas empresas agroquímicas e de implementos agrícolas – setores sujeitos a uma concentração acentuada, na forma

de monopólios e oligopólios. Provavelmente, a agricultura familiar perderá espaço para a agricultura “moderna”, sobretudo nas regiões preferidas por esta, e um elevado número de pequenos agricultores abandonará a atividade agrícola. No fim desse processo, a produção de alimentos vai depender de algumas empresas de agronegócios, capitalizadas e de vastas dimensões. Os impactos sobre os pequenos agricultores e sobre a segurança alimentar dos países pobres são imprevisíveis e negligenciados. Como no resto do mundo, a agricultura vai passar por uma reestruturação profunda e muitos estabelecimentos agrícolas simplesmente vão deixar de existir. Os efeitos serão amplos, já que a agricultura, em muitos países pobres, constitui a principal fonte de renda da população. Atualmente, um terço da população global (aprox. 2,6 bilhões de pessoas) tem na agricultura sua principal fonte de renda. Não se sabe de que forma essas pessoas vão garantir seu sustento. Outra incógnita é a capacidade de resiliência da produção agrícola “moderna” com sua elevada demanda de capital.

Assim sendo, os riscos para a segurança alimentar não vão desaparecer no futuro, permanecendo tão diversos como

dantes. A título de exemplo, citamos o consumo global de carne, com a crescente produção de ração animal, a procura de biocombustíveis e o objetivo da bioeconomia de substituir os derivados de petróleo por biomassa. Essas tendências globais e dinâmicas de mercado podem agravar os problemas de distribuição, trazendo consigo riscos para a coesão social das comunidades locais. Conflitos podem ser dinamizados e agravados e, por sua vez, surtir efeitos negativos sobre a segurança alimentar. Frequentemente, os atingidos carecem de voz política, poder de barganha com vistas a soluções construtivas e um emprego que gere renda suficiente. Com isso, não conseguem romper este círculo vicioso: sua marginalização econômica, social e política e a falta de participação são causas centrais da fome e da violação do Direito à Alimentação. Além disso, atores da sociedade civil que defendem os direitos das populações locais, a proteção e garantia do acesso e do domínio sobre a terra e outros recursos naturais vêm se tornando alvo de ameaças, criminalização e perseguição. No mundo inteiro, sua margem de manobra, seu espaço de participação política e manifestação de opiniões críticas se tornam cada vez mais exíguos.

3. Princípios de Pão para o Mundo e Diakonie Katastrophenhilfe

Os seguintes princípios da cooperação das igrejas na área do desenvolvimento constituem o quadro normativo e as diretrizes da atuação de Pão para o Mundo e Diakonie Katastrophenhilfe na área da segurança alimentar global.

3.1 Aos pobres a justiça e a realização dos Direitos Humanos

A promessa bíblica de que todos “tenham vida, e a tenham com abundância” (João 10, 10) nos estimula a lutar ao lado dos pobres e marginalizados pelo desenvolvimento equitativo e sustentável no Um Só Mundo. Essa solidariedade nasce do mandamento cristão da caridade, da misericórdia com todos que passam necessidade, da missão bíblica de criar condições sociais que façam justiça aos desprivilegiados, aos fracos e oprimidos e do respeito aos Direitos Humanos universais e indivisíveis.

A parábola do Bom Samaritano nos mostra que a sensibilidade para com o sofrimento do outro é a chave da vida justa e reconciliada. O sofrimento alheio instiga a compaixão. Essa compaixão transcende todas as restrições, preconceitos e juízos ideológicos e identifica pessoas de todas as culturas e povos como filhos de Deus. Lembrando-nos da comiseração divina, somos instigados à misericórdia e solidariedade com os pobres e fracos. Na resistência dos oprimidos, no clamor dos torturados, na miséria dos necessitados, percebemos, continuamente, que a justiça ainda não foi feita. Nossa forma de cooperação para o desenvolvimento não se manifesta na promoção individual nem na assistência aos desprivilegiados. Nosso objetivo é a superação das causas estruturais da miséria, da marginalização e da falta de participação social. Acabar com as discriminações é uma questão de justiça. A opção de Deus pelas pessoas que vivem em situação de pobreza é o critério da solidariedade para com aquilo que entendemos como ordem social justa: “Fazei justiça ao fraco e ao órfão, procedei retamente para com o aflito e o desamparado. Socorrei o fraco e o necessitado; tirai-os das mãos dos ímpios” (Salmo 82). Somente será justa a ordem social que faça jus aos menos privilegiados.

Daí que realização do Direito à Alimentação como parte integrante dos Direitos Humanos econômicos, sociais e culturais constitui, em última análise, o objetivo da “segurança alimentar”. Para superar as diversas formas de fome e pobreza extrema que são originadas pela discriminação, marginalização e violação dos Direitos Humanos, é necessário denunciar os responsáveis pelas injustiças. Ao mesmo tempo, qualquer tentativa de promover o desenvolvimento está condenada ao fracasso se não houver o direito à codeterminação, o acesso à justiça e a mecanismos de queixa e um Estado de Direito. A ajuda de emergência também deve priorizar os direitos dos atingidos, sob pena de discriminar, por meio de suas atividades, as populações que já são discriminadas.

Quando instituições e serviços públicos não funcionam, atores locais da sociedade civil assumem várias dessas funções, o que acaba por fortalecer a capacidade de autoajuda da população. Por meio de atividades de *lobby e advocacy*, eles lutam pela melhoria das condições-quadro e reivindicam maior atuação do Estado, exigindo que, no longo prazo, ele assuma ou financie os serviços básicos. O apoio internacional não pode, de forma alguma, solapar as bases da capacidade de autoajuda, da auto-organização e do funcionamento de mercados e estruturas locais para que a população, no longo prazo, fique dependente da ajuda. A combinação da ajuda direta com o enfoque alicerçado em direitos ajuda a discernir entre as tarefas que podem ser assumidas por atores da sociedade civil e os serviços que devem ser providos pelo Estado. Além disso, os Direitos Humanos possuem uma dimensão extraterritorial: os Estados não podem permitir que haja danos e violações aos Direitos Humanos em outros países, seja por atos políticos ou por atividades econômicas de empresas e demais atores nacionais. No que tange à segurança alimentar, destaca-se a violação do Direito à Alimentação por acordos comerciais, regras da OMC, exploração de recursos e espoliação de trabalhadores por grupos internacionais e pelos efeitos da política agrícola da União Europeia. A própria cooperação para o desenvolvimento tem o potencial de violar os Direitos Humanos. A “Nova Aliança para a Segurança Alimentar e Nutricional”, iniciativa lançada pelo G8 em 2012, propaga a abertura dos mercados

africanos para a compra de produtos agrícolas, o acesso à terra e a venda de sementes, fertilizantes e pesticidas, omitindo os preceitos dos Direitos Humanos, como a participação dos atingidos e o foco nas necessidades e nos direitos de grupos marginalizados.

3.2 Paz, Justiça e Preservação da Criação

Onde reinam a fome e a injustiça não haverá uma paz justa e duradoura. Uma convivência pacífica e duradoura exige a superação definitiva da fome, da desigualdade e da extrema pobreza a partir da distribuição justa dos recursos e bens da terra. Se não protegermos os recursos naturais, acabaremos por nos privar da nossa base de sustento e evocaremos conflitos adicionais. A cooperação para o desenvolvimento das igrejas segue o princípio da paz, da justiça e do desenvolvimento sustentável. Esse trinômio serve de orientação por ser verdadeiro em todos os aspectos: por um lado, a fome, a pobreza e a injustiça são uma ameaça à paz. A guerra e a violência, por sua vez, dificultam a execução de projetos de desenvolvimento e costumam destruir os resultados alcançados no combate à fome e à pobreza.

Na ausência de uma paz justa, com redução da miséria, promoção da liberdade, diversidade cultural e prevenção da violência, a segurança alimentar duradoura e o desenvolvimento sustentável são inviáveis. No domínio do desenvolvimento, da ajuda humanitária e da transformação social, podem surgir conflitos de interesses entre os indivíduos e grupos de um mesmo sistema. Cientes disso, Pão para o Mundo e Diakonie Katastrophenhilfe seguem o princípio do “não causar mal” para evitar que nossas atividades causem danos a quem quer que seja. Sabemos que o apoio internacional intervém em sistemas existentes e se torna parte desses sistemas. Ao se tratar de um sistema carregado de conflitos, a própria intervenção se torna parte do conflito complexo. As intervenções exigem sensibilidade: por um lado, elas podem contribuir para o desenvolvimento pacífico; por outro, podem agravar, ainda mais, a dinâmica dos conflitos. O princípio do “não causar mal” não evita nem reprime os conflitos, mas pretende enfrentá-los e encontrar soluções construtivas.

Todos os seres humanos devem desfrutar, em condições igualitárias, do direito de viver, como hóspedes, na face da terra, e de utilizar os recursos naturais observados os limites ecológicos. Esses direitos originam, no entanto, uma

responsabilidade pela Criação. O meio ambiente ecologicamente inteiro é uma condição *sine qua non* da vida humana. Com a exploração imprudente da terra e a destruição da biodiversidade, a preservação da Criação torna-se inviável. Esse fato tem consequências para nossa aceitação do desenvolvimento e dos programas de desenvolvimento. Desde a ECO-92 no Rio de Janeiro, prevalece o conceito do “desenvolvimento sustentável”. Esse conceito parte da ideia de que o desenvolvimento local e mundial deve ser autossustentado, não podendo se dar à custa de outros seres humanos ou da natureza. Tendo em vista que os recursos naturais são finitos e o planeta, limitado, o conceito do “desenvolvimento sustentável” envolve justiça social e ecológica, isto é, a distribuição equitativa e o uso ecologicamente sustentado da natureza. Daí a concepção de Pão para o Mundo: a preservação das bases naturais da vida, a construção da justiça e da paz são os pilares primordiais do desenvolvimento sustentável, que é suportado pela luta contra a pobreza no mundo.

3.3 Participação e empoderamento

O desenvolvimento apenas é viável quando todas as dimensões essenciais da existência humana são consideradas, entre as quais figuram a cultura, a espiritualidade e a religião. Quem defende o desenvolvimento individual e coletivo, levando a sério a pluridimensionalidade dos processos da vida, não pode ater-se às necessidades materiais e ao “pão nosso de cada dia”. Sem uma relação como o crescimento interno dos seres humanos, não há processos de transformação social. Nisso se manifesta a dimensão espiritual, que transcende a questão da modernização tecnológica e econômica.

A promoção do desenvolvimento deve partir, sempre, da situação concreta das populações e de suas ideias e propostas próprias com relação à melhoria das condições de vida e da superação da pobreza e opressão *in situ*. Para tanto, é necessário aplicar estratégias e atividades que incrementem a autodeterminação e capacidade de ação, empoderando as pessoas a representar seus interesses como sujeitos de sua própria vida. Elementos importantes são as estratégias de empoderamento que capacitam as pessoas ou comunidades a defender (novamente) seus interesses, com autodeterminação, responsabilidade e autonomia. Sendo assim, o empoderamento deve ser visto como um processo de formação organizada de poder, a partir de baixo, com o fim de transformar as estruturas de

dominação. Trata-se de uma abordagem política e integral utilizada para dar ouvidos, voz e vez às pessoas menos privilegiadas. Essa abordagem vem conjugada com atividades que promovem o auxílio à autoajuda, que capacitam as pessoas a ajudar-se ou a obter ajuda com meios próprios: o desenvolvimento socioeconômico de determinada região não é dominado por atividades externas, mas sim pela utilização de potenciais individuais e/ou regionais. A abordagem do auxílio à autoajuda, por sua vez, pode ser complementada e apoiada por sistemas de seguridade social.

Os processos de globalização costumam acarretar o seguinte risco: em função de mudanças no cenário global, político, econômico e financeiro, e dos interesses de protagonistas a nível global, os resultados positivos do desenvolvimento independente são colocados em xeque ou desfeitos. Grupos de grande poder político e econômico obtêm vantagens à custa dos pobres e menos privilegiados, privando-os do acesso a bens e serviços que são imprescindíveis para seu sustento. Sua resistência é reprimida, seja pela violência privada e ilegal, seja pelo aparato policial; seus Direitos Humanos são violados de forma brutal e proposital.

Para serem bem-sucedidos, os processos de desenvolvimento devem ser definidos pelos atingidos e também arraigados no contexto local. Uma atuação verdadeiramente sustentável demanda uma cooperação baseada na confiança e em pé de igualdade. Uma parceria em pé de igualdade implica o respeito à soberania das organizações parceiras e um tipo de cooperação que tem por objetivo a promoção da capacidade de autoajuda. No que tange à segurança alimentar, isso significa, entre outras coisas, que os assessores e as organizações parceiras, quando desenvolvem e aplicam novas tecnologias, reconhecem e valorizam o conhecimento dos agricultores locais, desenvolvendo estratégias de projetos, novas tecnologias e métodos de cultivo juntamente com os agricultores e com base em suas experiências.

3.4 Garantir a sobrevivência na esfera local

Vistas a partir do ambiente de vida (*livelihood*), as estratégias de sustento a nível local enfatizam uma abordagem holística de unidades econômicas pequenas (domicílio, microempresas, coletivos). O enfoque está nas capacidades, nos bens econômicos, nos acessos e nas atividades,

bem como em sua composição e articulação com vistas à garantia do sustento. Na contramão dos paradigmas universais do desenvolvimento tardio e recuperador, essa vertente da pesquisa científica, que surgiu nos anos 80 do século passado, propaga a avaliação integral de todos os fatores que melhoram o desenvolvimento rural, reduzem a pobreza e induzem uma economia ecológica e sustentável. Ela prioriza a garantia de sustento de vários grupos nos meios urbano e rural, os recursos disponíveis, as estratégias e os processos institucionais. As estratégias para garantir as bases de sustento (*livelihood security*) são sustentáveis quando as pessoas são capazes de superar (*coping strategies*) choques internos (doenças, morte, etc.) ou crises externas (enchentes, crises de fome, etc.) preservando os recursos durante a crise e para gerações vindouras, e também quando elas estão mais bem preparadas para sair de crises (*resiliência*).

No que tange à segurança alimentar, a perspectiva integral proporciona informações importantes sobre a possibilidade de aproveitar recursos e capacidades diversos para elaborar estratégias complexas, além da segurança alimentar, com vistas às bases essenciais da vida em um sentido ampliado.

3.5 Justiça de gênero

A justiça entre os seres humanos abarca a justiça entre gêneros. A superação da injustiça que reina nas relações entre os gêneros representa um passo decisivo rumo à justiça social e ao desenvolvimento sustentável. A segurança nutricional e alimentar das meninas e mulheres demanda a realização eficaz de seus Direitos Humanos, entre os quais o Direito à Alimentação e a alimentos adequados. Com relação à segurança nutricional e alimentar, justiça de gênero implica reconhecer, antes de mais nada, o papel chave das mulheres no suprimento e na produção de alimentos para suas famílias. O planejamento das atividades nas áreas de segurança alimentar, desenvolvimento rural, política agrícola, fortalecimento da agricultura familiar e pesca artesanal exige sensibilidade de gênero, capacitando as mulheres a definir o tipo de produção e aumentar a produtividade de suas atividades econômicas, dentro e fora da agricultura. Para aumentar a produtividade, é preciso melhorar e assegurar por meio de financiamento o acesso da mulher aos fatores de produção, sobretudo o controle sobre a terra e o acesso à terra, a meios de produção e tecnologias que incrementem a produtividade e facilitem o trabalho, bem como à educação, à assessoria e a informações. Além disso, é necessário estabelecer a

igualdade de oportunidades entre os gêneros em termos de participação política e poderes de decisão e focar a violência domiciliar e comunitária que atinge muitas mulheres. Afinal, mulheres que são objeto de violência não podem se tornar protagonistas da luta contra a fome e a insegurança alimentar. Essa ideia vem adquirindo força também entre os homens, que, em número crescente e em muitos países do mundo, defendem relações justas e equitativas entre os gêneros.

3.6 Princípios e padrões da ajuda humanitária, articulação entre a ajuda de emergência, a reabilitação e o desenvolvimento

Os programas de ajuda de emergência de Diakonie Katastrophenhilfe são regidos pelo Código de Conduta e pela Carta Humanitária definidos no projeto Sphere. O Código de Conduta (IFRC 1994) define as regras de comportamento para os movimentos internacionais da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho, bem como de ONGs da área da ajuda humanitária. Os princípios definem o primado da missão humanitária, em que a ajuda é dada independentemente da etnia, da religião ou da nacionalidade. O grau de necessidade é o único critério que justifica a priorização. A ajuda não é usada para fomentar determinadas posições políticas ou religiosas, não podendo ser instrumentalizada pela política externa governamental. A cultura e a tradição são tratadas com respeito, as capacidades locais existentes e os beneficiários dos programas são envolvidos nas atividades de ajuda. Os propósitos da ajuda humanitária consistem em aumentar a resiliência em desastres futuros e satisfazer necessidades básicas. Prestam-se contas tanto aos doadores como aos beneficiários. Nas atividades de relações públicas, preserva-se a dignidade das vítimas dos desastres, que não são apresentadas como objetos de comiserção.

O projeto Sphere (2011) é uma associação voluntária que agrega um grande número de atores da ajuda humanitária que lutam para aumentar a qualidade da própria ajuda humanitária e da prestação de contas a doadores e atingidos. A Carta Humanitária do Manual Sphere proporciona o embasamento ético e jurídico do projeto, além de descrever o papel dos atores humanitários e definir alguns direitos, como o direito a uma vida com dignidade, o direito à ajuda humanitária e o direito à proteção e à seguran-

ça. Ela defende, como princípios, o humanismo e o imperativo humanitário, que afirmam a obrigatoriedade de atividades para prevenir ou mitigar o sofrimento humano causado por desastres. Estipula, ainda, que esse princípio é pétreo, não podendo ser desvalidado por motivo algum. O Manual Sphere contém, ainda, padrões mínimos aplicáveis a setores centrais para a salvação de vidas humanas, como a segurança alimentar ou as *Livestock Emergency Guidelines and Standards* – LEGS, que em português significa diretrizes e padrões relativos à pecuária em caso de crises e desastres.

Articulação entre a ajuda de emergência, a reabilitação e o desenvolvimento (LRRD)

Desde o início, os projetos de ajuda de emergência e em casos de desastres devem lançar as pedras fundamentais para um desenvolvimento autossustentado e sustentável. A cooperação para o desenvolvimento, por sua vez, deve contribuir para reduzir a propensão a desastres e capacitar a população para a autoajuda. A ajuda humanitária de emergência é prestada imediatamente após o desastre ou em crises duradouras para garantir a sobrevivência em eventos agudos e prover aos atingidos, o quanto antes, os mantimentos e materiais necessários. Nesse aspecto, a ajuda de emergência não deve solapar as bases dos processos de desenvolvimento. Ela deve ser seguida ou vir acompanhada de programas de reabilitação e reconstrução, como a distribuição concomitante de alimentos e meios de produção agrícola para que as famílias, providas de alimentos e meios de produção, possam começar a produzir para seu próprio sustento.

Na etapa de reabilitação, trata-se de reestabelecer as bases do sustento dos atingidos e preparar perspectivas de desenvolvimento no médio e longo prazo. No que tange à segurança alimentar, a etapa de reabilitação envolve o acesso aos meios de produção mais importantes, como sementes, terra e ferramentas. Os efeitos apenas são duradouros quando realizados com uma perspectiva integrada de comercialização, geração de renda ou cultivo agroecológico, e quando se antecipam a desastres futuros, utilizando sementes e calendários de semeadura adaptados. As abordagens segundo o conceito LRRD exigem, ainda, sensibilidade de gênero.

Em debates recentes, o conceito LRRD (articulação entre ajuda de emergência, reabilitação e desenvolvimento) foi ampliado pelo conceito da “resiliência”. Resiliência descreve a capacidade de um indivíduo, uma família, uma

comunidade, um país ou uma região estar preparada para situações de estresse, desastres e crises; de resistir a esses acontecimentos e de recuperar-se (rapidamente) dos seus efeitos. A resiliência merece uma análise criteriosa, por

etapa da crise ou do desastre e a partir de diferentes perspectivas (humanitária, política do desenvolvimento, pública).

4. Áreas de atuação e enfoques estratégicos de Pão para o Mundo e Diakonie Katastrophenhilfe com vistas à melhoria da segurança alimentar

Para combater a fome e alcançar a segurança alimentar no longo prazo, Pão para o Mundo e Diakonie Katastrophenhilfe escolheram os seguintes enfoques estratégicos e eixos de atuação:

4.1 Aplicar o Direito à Alimentação

Todos os seres humanos devem ser capazes de produzir ou adquirir seus alimentos. O Direito à Alimentação é violado quando as circunstâncias impedem isso de acontecer. No enfoque alicerçado em direitos, as pessoas são detentoras de direitos e não meras beneficiárias passivas. Na qualidade de detentoras de direitos, elas podem reivindicar e fazer valer seus direitos civis e políticos, econômicos, sociais e culturais perante instituições públicas e atores privados. Elas têm o direito de participar de processos sociais e da tomada de decisões políticas. O enfoque alicerçado em direitos salienta que o Estado é responsável pela realização progressiva dos Direitos Humanos. Em sua análise, ele vai além das necessidades dos pobres, ocupando-se das causas estruturais que dificultam ou impedem por completo o atendimento das necessidades básicas.

O Direito à Alimentação, consagrado na Declaração Universal dos Direitos Humanos em 1948, foi explicitado em 1966 no Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (DESC). A Declaração dos Direitos Humanos de Viena (1993) equipara os direitos humanos econômicos, sociais e culturais (DESC) aos direitos civis e políticos. Em 1999, o Comentário Geral sobre os DESC explicitou o Direito à Alimentação adequada; em 2004, a FAO adotou as “Diretrizes Voluntárias sobre o Direito à Alimentação”, que oferecem uma ampla gama de instrumentos para a aplicação eficaz do Direito à Alimentação pelos governos e pela sociedade civil. Em 2014, a FAO publicou as “Diretrizes Voluntárias para a Governança Responsável da Terra, dos Recursos Pesqueiros e Florestais”. Quase todos os Estados ratificaram o pacto DESC,

obrigando-se a respeitar, proteger e assegurar o Direito à Alimentação. Ou seja, os Estados não podem impedir o acesso à alimentação (obrigação de respeitar), devem agir para impedir que terceiros, como empresas privadas, interfiram no acesso à alimentação (obrigação de proteger) e devem utilizar todos os recursos que estão ao seu alcance para prover o acesso a alimentos a quem é incapaz de obtê-los por conta própria (obrigação de prover).

Em vários Estados, o Direito à Alimentação está consagrado na Constituição e encontra-se regulado por leis e decretos. Dessa forma, ele pode ser realizado e aplicado no ordenamento jurídico nacional. Como muitas organizações parceiras de Pão para o Mundo adotam o enfoque alicerçado em direitos, elas conhecem as obrigações dos pactos internacionais e da legislação nacional relativas ao Direito à Alimentação. Sendo assim, reivindicam do Estado o cumprimento dos Direitos Humanos e monitoram sua aplicação. Os grupos-alvo das organizações parceiras recebem apoio e são capacitados para reclamar o respeito, a proteção e a garantia do Direito à Alimentação. Nesse contexto, aprendem a se opor ao roubo de terras que os priva do acesso à alimentação, além de terem acesso às políticas sociais necessárias para assegurar o Direito à Alimentação.

4.2 Proporcionar a soberania alimentar

Soberania alimentar é um conceito político desenvolvido por movimentos sociais como contraproposta ao modelo agrícola neoliberal, contra a liberalização dos mercados de produtos agrícolas, a privatização de serviços rurais, a concentração e apropriação de recursos produtivos – como terra, sementes, água, recursos naturais e pesqueiros – nas mãos de poucos, sejam eles pessoas físicas ou empresas. Como contraproposta, defende-se a visão de uma agricultura familiar, multifuncional e sustentável e da pesca artesanal. O conceito de soberania alimentar foi concebido em

1996 pela Via Campesina, uma de nossas organizações parceiras, como crítica às regras comerciais da OMC e às condições neoliberais dos empréstimos concedidos pelo FMI e pelo Banco Mundial, que induzem a monopolização e a concentração do poder nas mãos de algumas empresas de grande porte dos setores agrícola e alimentar. A soberania tem como ponto de partida decisões autônomas relativas à produção e ao consumo de alimentos. Soberania alimentar é um conceito de democratização da produção e do consumo de alimentos. Eis os princípios subjacentes à soberania alimentar: o Direito Humano à alimentação; o enfoque na produção de alimentos; o fortalecimento dos mercados locais; relações comerciais justas e preços equitativos; rendas que garantem o sustento; liberdade de organização; ensino; desendividamento público; garantia do acesso a solos férteis, pastos e recursos de pesca, florestas, água e sementes – na medida do necessário, por meio de reforma agrária – bem como a manutenção e preservação coletiva dos recursos naturais. A soberania alimentar aplica-se a todos os países.

4.3 Promover a agroecologia

Ao lado da pesca artesanal e da atividade pastoril, a agricultura familiar é de fundamental importância para o combate à fome. No passado e no presente, esses agricultores têm sido os principais responsáveis por garantir a segurança alimentar apesar de sua produção muitas vezes não ser suficiente para garantir uma renda adequada. Modelos agroecológicos são os mais indicados para promover a agricultura familiar. A agroecologia se adapta às condições naturais, sociais, econômicas e políticas, além de preservar as bases da produção e proporcionar a adaptação às mudanças climáticas. Ao mesmo tempo, a agroecologia é uma tentativa de opor-se ao êxodo rural e de proteger a agricultura da destruição provocada pela agroindústria com seu uso intensivo de recursos. Esse tipo de agricultura intensiva obsta o desenvolvimento rural e priva a população de uma renda digna. Em função do uso intensivo de adubos químicos, pesticidas e sementes geneticamente modificadas, os efeitos do modelo agrícola do agronegócio são devastadores: a agricultura familiar se torna dependente das empresas do agronegócio e perde seu conhecimento contextualizado e tradicional. A agricultura intensiva empobrece o solo, reduz a biodiversidade e produz elevadas emissões de metano, óxido nitroso e dióxido de carbono, contribuindo decisivamente para as mudanças climáticas que constituem uma ameaça para a humanidade e as gerações vindouras. Em função do elevado consumo de recursos, esse modelo econômico não é

uma solução sustentável para alimentar a humanidade, nem no presente nem no futuro.

Propostas agroecológicas, por sua vez, oferecem alternativas robustas. Essas propostas defendem o redescobrimen-to e aprimoramento de uma vasta gama de formas de cultivo tradicionais da agricultura familiar. A agroecologia adota uma abordagem holística que conjuga as necessidades do estabelecimento agrícola, das comunidades e dos ecossistemas para atender à demanda local. Um estudo amplo do Conselho Mundial de Agricultura, que contou com a colaboração de 400 cientistas e foi publicado em 2008 em nome do Banco Mundial e das Nações Unidas, defende essa mudança de paradigma na pesquisa e prática agrícola (Zukunftsstiftung Landwirtschaft 2009), dando o seguinte alerta: “O continuísmo não é solução”. O Conselho Mundial de Agricultura defende, como solução preferencial, a produção agroecológica com o mínimo de insumos externos, a promoção especial da agricultura familiar e o reconhecimento do caráter multifuncional da agricultura. Amplia-se, com isso, o escopo da agricultura: sua tarefa vai além da produção de alimentos saudáveis, da geração de renda e emprego. Cabe a ela promover o desenvolvimento sustentável das zonas rurais, promovendo o uso racional dos recursos naturais, a preservação da paisagem, a mitigação e adaptação às mudanças climáticas e o apoio à segurança alimentar e à superação da pobreza no mundo. No longo prazo, a agricultura somente será viável na medida em que contribuir para a resistência às crises. Com o propósito de promover e difundir metodologias agroecológicas, a FAO acaba de instituir um departamento de agroecologia.

Com o intuito de preservar e aumentar a fertilidade do solo, as propostas agroecológicas defendem a promoção dos ciclos de biomassa e nutrientes. Com esses ciclos, as perdas causadas por vento, água e raios solares são reduzidas e a biodiversidade é preservada e incrementada. A agroecologia recorre a processos biológicos para reduzir, ao mínimo possível, a necessidade de fertilizantes químicos, pesticidas, energia de fontes fósseis, entre outros insumos. Os objetivos da intensificação agroecológica consistem em aumentar a produção com patamar estável (prevenir riscos vs. maximização), diminuir a dependência de recursos externos (risco de endividamento) e fortalecer as estruturas locais. Nos trópicos, a redução da fertilidade do solo deve-se, acima de tudo, à falta de adubo orgânico. Por isso, a integração da agricultura com a pecuária é um fator essencial para estabelecer um ciclo de nutrientes. Outros princípios da agroecologia são: rotação de culturas,

plântio consorciado, agrossilvicultura, proteção orgânica das plantas, proteção pós-colheita e melhoramento de espécies de plantas e animais com orientação ecológica. O cultivo de diferentes tipos de cultivares e espécies, a criação de animais e a utilização da floresta criam um sistema rico em espécies, capaz de reduzir o estresse ambiental.

Investimentos em uma agricultura diversificada, de pequeno porte, podem contribuir para o combate à pobreza e também para a melhoria da alimentação e a preservação da biodiversidade. Com esse investimento, aumenta-se o potencial da agricultura familiar de fazer frente à adaptação às mudanças climáticas com seus impactos graves sobre a produção agrícola. Com sua produção diversificada, a produtividade por unidade (de área e energia) da agricultura familiar é superior à dos latifúndios e plantações de grande porte. Onde reina a falta de emprego, a alta demanda de mão de obra é uma vantagem (Agrar Koordination 2014). Quando se está diante de uma escassez de mão de obra ou de uma melhoria da situação econômica e financeira, a agricultura familiar pode recorrer à mecanização agrícola, com máquinas e implementos simples adaptados ao contexto, ou a consórcios formados para a utilização coletiva de máquinas e implementos agrícolas. As propostas agroecológicas promovem a justiça social, a igualdade de oportunidades, a autonomia política e econômica, o respeito à natureza e a diversidade das culturas e tradições locais. O fomento da agricultura familiar e agroecológica proporciona um retorno triplo: por meio do cultivo ecológico, ele melhora a situação alimentar, reduz a pobreza e, ao mesmo tempo, a emissão de gases de efeito estufa, além de mitigar os impactos das mudanças climáticas.

4.4 Melhorar o acesso a recursos naturais

Terra

A garantia do direito de usar os recursos naturais, incluindo a terra, a água e as sementes, é uma condição *sine qua non* para quem quer produzir e investir no longo prazo. No entanto, esses recursos essenciais – como terra, água e florestas – são extraviados, em larga escala, para projetos de infraestrutura, fins especulativos e propósitos agroindustriais. Com isso, os pequenos agricultores, criadores de animais e pescadores artesanais perdem o direito de usar a terra. Para preservar sua existência e prevenir a expulsão de suas terras, é preciso garantir seus direitos de posse e

uso, individuais ou coletivos, formais ou informais. Além disso, é essencial que muitos países realizem uma reforma agrária e redistribuam a terra em benefício dos pequenos agricultores. A preservação das bases da existência, sobretudo das terras férteis, é de especial importância. As formas de uso da terra que são responsáveis pela degradação do solo e pela acentuada perda de fertilidade devem ser substituídas por modelos sustentáveis.

Água

A apropriação de terras em larga escala costuma vir acompanhada pela perda do acesso à água. A água doce é um recurso escasso, de grande valor e importância vital. O acesso à água potável é um direito humano. Tendo em vista que a água é um insumo essencial da agricultura, o acesso à água é parte integrante do Direito à Alimentação. A exemplo do acesso à terra, as populações locais precisam do direito de acessar a água. Por causa da disponibilidade limitada e do número crescente de conflitos de uso, importa adotar uma gestão equitativa da água, nos níveis local e suprarregional. Ademais, é preciso melhorar o escopo e a eficiência da utilização da água pela agricultura e intensificar a retenção da água através do cultivo agroecológico, com o objetivo de evitar a utilização excessiva e a degradação desse recurso natural. É possível garantir a produção agrícola por meio de técnicas simples de captação da água e investimentos em tecnologias adaptadas de irrigação.

Sementes

Em detrimento dos “direitos dos agricultores”, consagrados no contrato de utilização de sementes da FAO, a legislação relativa a sementes vem priorizando a propriedade intelectual de empresas produtoras de sementes. Os agricultores, desta forma, são privados do direito de usar, guardar e permutar sementes próprias. Quando a agricultura é proibida de melhorar, estocar e replantar as sementes colhidas, a diversidade genética e o conhecimento tradicional são reduzidos. No entanto, é justamente dessa diversidade e desse conhecimento que a agricultura familiar precisa para garantir sua sobrevivência em condições ecológicas e climáticas difíceis. A meta 2.5 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas (ODS) salienta a importância dos bancos de sementes, nacionais, regionais e internacionais. No longo prazo, esses bancos são inviáveis sem as sementes da agricultura familiar, sem os direitos dos agricultores nos termos da FAO, sem o conhecimento tradicional. Muitas das sementes híbridas e geneticamente modificadas, vendidas por empresas co-

merciais, não são adequadas para a agricultura familiar e não são uma opção sustentável para alimentar o mundo.

Florestas

O desflorestamento seguido de novas formas de ocupação do solo ceifa vastas áreas de floresta e destrói ecossistemas ricos em espécies. Ademais, o desmatamento é um vetor importante das mudanças climáticas, capaz de conturbar o ciclo da água e propagar a erosão. Com a destruição das florestas, os povos que ali vivem, sobretudo as comunidades indígenas, perdem seu sustento e sua fonte de alimentação. Devido à falta de documentação fundiária, o uso tradicional e coletivo da floresta, muitas vezes sem título de propriedade individual, acaba sendo gravemente afetado pelo roubo de recursos. Antes de mais nada, as comunidades atingidas precisam de apoio para garantir seus direitos de utilização da floresta. Para tanto, pode-se recorrer a instrumentos específicos, como às “Diretrizes Voluntárias para a Governança Responsável da Terra, dos Recursos Pesqueiros e Florestais” e ao “consentimento livre, prévio e informado” previsto na Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos Indígenas.

Recursos hídricos e mares

A utilização intensiva das zonas costeiras (navegação, portos, exploração de recursos, aquicultura e parques eólicos) vem reduzindo as zonas disponíveis para os pescadores artesanais e afastando a população de seus assentamentos no litoral. Os conflitos de uso vêm acompanhados de tentativas de privatizar as cotas de pesca em determinadas zonas, tornando-as comerciáveis e passíveis de aquisição pela pesca industrial. Para contrapor-se a esse tipo de privatização, a pesca artesanal deve ser preservada nos rios, lagos e costas marítimas. Afinal, ela garante o sustento e o emprego de milhões de pessoas e contribui para uma alimentação saudável, rica em micronutrientes e de alto teor proteico.

4.5 Reforçar a resiliência climática

Uma agricultura agroecológica e diversificada é um fator essencial para garantir a resiliência dos ecossistemas e a segurança alimentar em tempos de mudanças climáticas. A agricultura familiar desempenha um papel decisivo rumo ao modelo agrícola com resiliência climática. Se por um lado ela sofre os graves impactos das mudanças climáticas, por outro, seu conhecimento tradicional e sua capa-

cidade de inovação são de fundamental importância para o desenvolvimento de estratégias adequadas de adaptação. Por isso, a própria agricultura familiar deve se tornar objeto de pesquisa e desenvolvimento, dispor de instrumentos de pesquisa e ter a possibilidade de compartilhar seu conhecimento em redes.

Além de sementes adaptadas e técnicas agrícolas aprimoradas, a resiliência climática exige um enfoque alicerçado em direitos que fortaleça o desenvolvimento rural, promova a justiça de gênero, a distribuição solidária dos recursos e a reforma do comércio de produtos agrícolas, podendo, assim, superar as causas estruturais da vulnerabilidade dos pequenos agricultores. Para que tenha êxito, a agenda de adaptação deve complementar as estratégias existentes de segurança e soberania alimentar.

A capacidade de adaptação às mudanças climáticas tem seus limites: segundo estimativas do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas - IPCC, havendo um aumento da temperatura global superior a dois graus Celsius, os impactos das mudanças climáticas, em várias regiões do mundo, tendem a ser irremediáveis. Ou seja, nos países pobres, a capacidade de adaptação às mudanças climáticas depende, não por último, de uma política incisiva de mitigação e adaptação e de uma redução acentuada das emissões, sobretudo nos países desenvolvidos e emergentes. Trata-se de evitar que a agricultura seja usada para compensar emissões da indústria e que as medidas de mitigação provoquem uma concorrência entre o uso agrícola da terra e a preservação dos recursos naturais. Para o setor agrícola, que serve a vários propósitos da existência humana, o comércio de emissões de carbono, cujo único foco é a redução das emissões a custos eficientes, não é um instrumento adequado de mitigação e adaptação.

4.6 Fortalecer processos de organização

As decisões sobre a infraestrutura que sustenta a atividade agrícola no meio rural (estradas pavimentadas, geração local de energia, acesso à terra e a outros recursos produtivos, acesso a crédito e serviços financeiros, tipo e envergadura de sistemas de assessoria agrícola, acesso a mecanismos jurídicos) costumam ser tomadas na esfera da política nacional. Para garantir que os Estados adotem políticas agrícolas voltadas ao Direito à Alimentação, as associações e organizações da sociedade civil, de pequenos agricultores, sem terra, mulheres e atingidos pela insegu-

rança alimentar devem participar da análise dos problemas, da elaboração, do planejamento e da implantação das políticas. A articulação e o fortalecimento dos pequenos agricultores são um vetor importante da capacidade de auto-organização. Frente ao poder dos governos, grupos empresariais e representantes de instituições internacionais que propagam a globalização e a modernização da agricultura por meio da industrialização, a agricultura familiar somente pode sobreviver se houver a representação conjunta de seus interesses políticos e a ampliação de seu potencial coletivo nos níveis local, nacional e internacional.

4.6.1 Criar perspectivas para os jovens no meio rural

Na qualidade de produtores, trabalhadores no setor de beneficiamento e consumidores do futuro, os jovens serão cada vez mais importantes para a segurança alimentar. Por mais que as previsões indiquem que, em 2050, dois terços da população mundial viverão em cidades, vastas regiões em muitos países irão preservar seu caráter rural. Dois bilhões dos habitantes do mundo têm menos de 15 anos de idade, e a faixa etária entre 15 e 24 anos compreende 1,2 bilhão. Segundo estimativas, 440 milhões de jovens africanos estarão à disposição do mercado de trabalho em 2050. Esse desafio demográfico e econômico exige uma perspectiva de longo prazo, que garanta o sustento e seja atraente o suficiente para os jovens no meio rural, sobretudo no setor agropecuário. As políticas, nacionais e internacionais, devem priorizar o meio rural, oferecendo à maioria dos jovens rurais uma perspectiva na agricultura, como produtores de alimentos ou trabalhadores assalariados no beneficiamento desses produtos, com o uso de tecnologias agroecológicas, máquinas e implementos adaptados ao contexto local.

4.7 Fomentar a formação, assessoria e pesquisa agrícolas

Sem conhecimento, formação e assessoria agrícola, a agricultura sustentável capaz de gerar renda é inviável. A partilha de conhecimentos e experiências, a proteção e o aprimoramento construtivo e a difusão do conhecimento tradicional são elementos prioritários. Importa adotar métodos de assessoria adaptados ao contexto local e no idioma falado na região, como, por exemplo, a assessoria de agricultores por agricultores e por associações e cooperativas. O apoio sistemático da agricultura familiar por meio de assessoria adequada exige a formação de técnicos

especializados em metodologias agroecológicas e participativas. Por meio de novas propostas de qualificação profissionalizante de nível médio, duradouras e sólidas, busca-se tornar a agricultura atraente para os jovens. Além disso, os pequenos agricultores precisam de uma formação melhor, que os capacite a conhecer e compreender suas opções. As questões de beneficiamento, armazenamento, transporte e comercialização de alimentos, bem como a alimentação equilibrada, devem ser integradas às atividades de formação e assessoria.

A pesquisa agrícola deve ser direcionada à agricultura familiar, às pequenas empresas e aos agricultores pobres, que, até o momento, pouco se beneficiaram com a pesquisa. A pesquisa deve partir das necessidades e dos conhecimentos sociais, econômicos e ecológicos da população agrícola local e ocupar-se da crescente pressão sobre os recursos naturais e dos impactos causados pelas mudanças climáticas. Para melhorar a sustentabilidade ecológica e social da agricultura, é necessário que a agroecologia ocupe posição central na pesquisa agrícola.

4.8 Qualificar a comercialização e a economia rural

A agricultura familiar há de ser fomentada como parte integrante de uma política integral de desenvolvimento rural. Dependendo da situação local e regional, as prioridades podem ser a estabilização da economia de subsistência e/ou uma produção complementar, ecologicamente viável, destinada ao mercado. As políticas agrárias devem priorizar a produção de alimentos para os mercados nacionais, dando preferência a modelos agrícolas sustentáveis para evitar que os pequenos agricultores se tornem dependentes da agroindústria. Paralelamente ao fomento da agricultura familiar, é preciso apoiar o beneficiamento e a comercialização local e regional da produção agrícola para agregar valor ao próprio meio rural, reduzir as perdas pós-colheita e gerar renda e emprego em atividades fora do setor agrícola. Importa, acima de tudo, criar associações e cooperativas e estabelecer sistemas de poupança e crédito para os agricultores mais pobres. Desde que sejam considerados os interesses e o poder de negociação dos pequenos agricultores e minimizados os riscos iminentes à integração ao mercado, nada impede que o acesso ao mercado seja melhorado em cooperação com empresas privadas. A agricultura familiar deve participar com mais ênfase da formação dos preços de seus produtos, desfrutando ainda de contratos justos e de proteção contra práticas comerci-

ais desleais. A criação de mercados estáveis e cadeias produtivas com agregação de valor *in loco* consolida as forças produtivas locais e abre perspectivas para os jovens no campo. Quando da promoção de atividades econômicas, é importante considerar os efeitos ecológicos e dar preferência a projetos que almejam a economia equitativa e sustentável.

4.9 Fomentar a pesca artesanal e a aquicultura sustentável

Em muitos países em vias de desenvolvimento, a pesca artesanal nos rios, lagos e na costa marítima é uma importante fonte de renda, que contribui de maneira essencial para a segurança alimentar. Há cerca de 20 milhões de pescadores artesanais no mundo, e aproximadamente 40 milhões de pessoas, em sua maioria mulheres, trabalham no beneficiamento e na comercialização local. Peixes são uma importante fonte de proteínas. De alto teor de micronutrientes e vitaminas, eles contribuem para uma alimentação saudável. Apesar disso, apenas 50% dos peixes marítimos são pescados por pescadores artesanais e servem para alimentar a população. Um por cento da frota global, isto é, 30.000 navios pesqueiros industriais, capturam os outros 50% dos peixes que vivem soltos nos mares. Esses peixes vão para os mercados mais rentáveis, no Japão, nos EUA e na Europa. Vale ressaltar que esses dados não consideram os resultados da pesca ilegal. A pesca industrial acaba com os recursos haliêuticos em muitos mares. Essa pesca excessiva pode dizimar os peixes, cujo volume de captura não aumentou nos últimos 15 anos. O fenômeno atinge as espécies necessárias para a pesca artesanal e a segurança alimentar de populações pobres. Para não ocupar o espaço de armazenamento de peixes nobres, grande parte da captura é devolvida ao mar, principalmente espécies ricas em gorduras, como arenque e anchova. Nas zonas de pesca costeiras, são desoladores os efeitos ecológicos dessa prática, que também provocou uma queda vertiginosa no volume de captura da pesca artesanal.

Além disso, existem outros riscos para os ecossistemas aquáticos e marítimos. Nos rios contaminados com efluentes industriais e agrícolas, a mortalidade dos peixes é um fenômeno frequente. Devido à construção de barragens e ao assoreamento causado pelas mudanças climáticas, os lagos são privados de afluentes e os cardumes de peixes deixam de aparecer. A contaminação do mar com substâncias químicas e partículas plásticas, a realização de megaprojetos na zona costeira e a construção de *resorts* no

litoral destroem os portos de pesca artesanal e reduzem o volume de peixes capturados. As atividades de *lobby* em prol da preservação da pesca artesanal têm por objetivo a ampliação das zonas de proteção marítima, o tratamento do esgoto, o direito à participação em decisões sobre projetos de grande porte, a melhor gestão da pesca artesanal e a obtenção de direitos de acesso privilegiado para pescadores artesanais. Garantido o uso sustentável das zonas de pesca, os peixes podem (voltar a) ser os recursos proteicos mais econômicos e ecológicos que existem.

A produção em aquicultura – criação de peixes e crustáceos em viveiros aquáticos no mar, em lagos, rios e campos inundados – saltou nos últimos 30 anos de 3 milhões para 41 milhões de toneladas anuais. Nos países em vias de desenvolvimento, os danos ecológicos causados principalmente pela criação de camarão e crustáceos são devastadores, com a destruição dos mangues e a salinização do solo. Na captura de larvas e no beneficiamento industrial do camarão, mulheres e crianças trabalham em condições desumanas.

Tendo em vista que o benefício econômico da pesca e sua contribuição para a segurança alimentar são sistematicamente subestimados, cabe promover a pesca artesanal com enfoque nas capacidades individuais e institucionais, fazendo com que os pescadores possam definir o uso de seus recursos aquáticos e terrestres. As “Diretrizes Voluntárias para Garantir a Pesca de Pequena Escala” da FAO indicam de que maneira a pesca artesanal pode ser fomentada, de maneira participativa e sustentável, e integrada a estratégias nacionais. Quanto da recomposição das bases existenciais após um desastre, deve-se apoiar a piscicultura artesanal de espécies não carnívoras. Por fim, as instituições de desenvolvimento devem apoiar a piscicultura ecologicamente integrada como uma opção sustentável para promover a segurança alimentar rural.

4.10 Criar condições internacionais e nacionais equitativas

4.10.1 O Direito à Alimentação como princípio fundamental da política agrícola nacional e internacional

O pleno potencial da agricultura familiar não é aproveitado. Esse fato se deve às políticas, globais, continentais e nacionais, que servem, acima de tudo, à agricultura industrial de grande porte. A agricultura familiar há de ser pro-

tegida contra mergulhos de preços, inundação de mercado e outras formas de importações de produtos a preços injustos, contra políticas agrárias unilaterais e contra o poder de mercado exercido por empresas multinacionais. As políticas agrária, comercial e de investimentos, a cooperação internacional para o combate à fome e a promoção da agricultura devem ser adaptadas às necessidades da agricultura familiar local.

Desde a Conferência Mundial sobre Alimentação (1996), o mundo vem tomando consciência de que, em razão dos Direitos Humanos, os Estados são responsáveis por cuidar da população que passa fome aguda ou crônica. Em suas “Diretrizes Voluntárias sobre o Direito à Alimentação” (2004), a FAO realça que os Estados, por meio de suas políticas agrárias e econômicas, devem e podem criar condições para garantir que sua população, na medida do possível, possa se alimentar por força própria. Apesar dessas Diretrizes, o Banco Mundial e a OMC continuam recomendando a abertura dos mercados e a desregulação dos preços. Conjugadas com a falta de interesse de determinados governos nacionais de investir na agricultura e no desenvolvimento rural, essas recomendações explicam por que a metade dos famintos é formada por pequenos agricultores. Durante a crise alimentar mundial de 2007 e 2008, esses países foram os mais vulneráveis, quando as nações exportadoras de alimentos, frente à carestia vertiginosa dos preços no mercado global, começaram a reduzir suas exportações para atender a população no mercado interno. Em meio à crise, os países atingidos, repentinamente, se deram conta de que era importante investir no desenvolvimento rural, na agricultura familiar e na produção de alimentos suficientes no próprio país.

Ao mesmo tempo, a crise deixou patente a debilidade da governança global em termos de alimentação e desenvolvimento rural. Por não ter previsto a dimensão da crise e por lhe faltar a legitimidade para unir e motivar os atores internacionais, a FAO fracassou em sua tentativa de encontrar uma solução com a devida urgência. A multidão de famintos, que superou a cifra de um bilhão, despertou o interesse e a vontade de criar um órgão central de coordenação em crises agudas. Em 2009, o Comitê de Segurança Alimentar (CSA) das Nações Unidas recebeu um novo mandato. Dotado de maior poder político, o comitê passou a ser responsável por organizar as atividades das organizações das Nações Unidas e, além disso, por coordenar e sintonizar as propostas e atividades de outras organizações, como o Banco Mundial, entidades da cooperação bilateral para o desenvolvimento, sociedade civil, organi-

zações não governamentais e iniciativa privada. A reforma do CSA em 2009 instituiu um Mecanismo da Sociedade Civil (MSC) que suscitou a participação de Pão para o Mundo e de algumas de suas organizações parceiras. Um dos maiores desafios consiste em definir os papéis; afinal, o Banco Mundial, um número crescente de atores da iniciativa privada e várias fundações filantrópicas têm a pretensão de serem protagonistas da segurança alimentar internacional. A título de exemplo, citamos a Fundação Bill e Melinda Gates, que, em estreita cooperação com a Monsanto, investe verbas volumosas na reestruturação do mercado de sementes na África. Na visão de Pão para o Mundo, o Comitê de Segurança Alimentar (CSA) com seu Mecanismo da Sociedade Civil (MSC) é o órgão global mais inclusivo de superação dos problemas de alimentação. Assim sendo, o enfraquecimento da autoridade do CSA por outros atores, públicos ou privados, não é oportuno.

Apesar disso, os Estados nacionais continuam sendo a instância mais importante com relação à segurança alimentar. Cabe a eles adotar uma política de desenvolvimento rural, cuidar do funcionamento e da eficácia do Judiciário e definir as prioridades da política agrícola nacional. A política nacional, contudo, pode ser condicionada por processos e tratados internacionais, como o Acordo da OMC sobre Agricultura, a especulação com produtos agrícolas e a Política Agrícola da UE com relação à política de comércio exterior, definição de alíquotas de importação e concessão de subsídios.

4.10.2 O Acordo da OMC sobre Agricultura

Os promotores da liberalização do comércio agrícola defendem que a livre circulação de bens e mercadorias tem o condão de garantir a segurança alimentar dos países. No entanto, nos países em vias de desenvolvimento, isso não vem acontecendo. Os benefícios da liberalização ficam restritos a algumas nações exportadoras, como Argentina e Brasil, enquanto vários países da Ásia e África, de preferências comerciais estabelecidas, sofrem prejuízos. Para o conjunto dos países em vias de desenvolvimento, o maior benefício seria obtido pela liberalização das políticas agrícola e comercial dos países desenvolvidos.

Ainda que os países em vias de desenvolvimento aproveitassem todos os seus direitos especiais e preferenciais, os países de baixa renda em que predomina a agricultura familiar continuariam perdendo com o processo de liberalização: a produtividade dos pequenos agricultores nor-

malmente não aumenta pela simples exposição à concorrência global. Para ter ganhos de produtividade, a agricultura familiar, que, em larga medida, cultiva terras marginais, necessita de fomento especial. Isso se aplica, *mutatis mutandis*, a muitos dos acordos bilaterais que foram negociados e firmados por países industrializados e países em vias de desenvolvimento desde o fracasso da Rodada de Doha, como o Acordo de Parceria Econômica (APE) da União Europeia com os países da ACP (África, Caribe e Pacífico).

Embora o Acordo da OMC sobre Agricultura reconheça o objetivo da segurança alimentar, as regras da OMC aplicáveis à agricultura são pouco aptas para solucionar os problemas mundiais causados pela falta de alimentos, pelo aumento dos preços e pelas políticas públicas de segurança alimentar. Ou seja, as regras da OMC carecem de mudanças. Vejamos o caso das regras relativas à redução dos subsídios e do apoio à agricultura. Ora, os países em vias de desenvolvimento deveriam fazer justamente o contrário, ou seja, gastar mais para aumentar a produção de alimentos e executar programas de segurança alimentar. O Acordo da OMC sobre Agricultura, contudo, define uma redução geral do apoio à agricultura a taxas fixas, com exceção de medidas de apoio que “não distorcem, ou distorcem minimamente” o comércio agrícola. Essa regra se aplica inclusive a redes de segurança alimentar, programas sociais e sistemas de armazenamento e abastecimento, que são mais do que necessários frente à falta de alimentos, à insegurança alimentar em muitos países em vias de desenvolvimento e à volatilidade dos preços no mercado agrícola mundial.

No futuro, a OMC deve abster-se de taxar de “barreiras comerciais” as políticas agrícolas destinadas à segurança alimentar, ao combate à pobreza e à proteção do meio ambiente. A liberação resultante dos acordos comerciais não deve contrariar os ODS da Agenda 2030.

4.10.3 Especulação com matérias-primas agrícolas

Muitas vezes, as crises alimentares ocorrem paralelamente às crises financeiras globais. Em 2007 e 2008, o preço dos alimentos no mercado de futuros subiu a partir do momento em que os investidores, em meio à crise imobiliária nos EUA, deixaram de depositar confiança nos investimentos em ações e imóveis. A composição das carteiras mudou, aplicações gigantescas migraram para o setor de matérias-primas e o mercado de futuros. Quando os juros

são baixos, o capital financeiro parte em busca de aplicações rentáveis, o que pode aumentar os preços da terra e de produtos agrícolas.

Em princípio, o mercado financeiro, o mercado de futuros e a especulação financeira não têm nada de errado. Sem regras restritivas que inibem os impactos da especulação com produtos alimentares, contudo, a especulação financeira pode aumentar a volatilidade dos preços e surtir efeitos nos mercados reais. Por meio de uma amplificação virtual das variações, os especuladores podem maximizar seus lucros em detrimento de agricultores e consumidores. A carestia vertiginosa dos preços em decorrência da especulação pode causar e agravar a fome e a insegurança alimentar.

As variações (volatilidade) dos preços de alimentos no mercado real e no mercado de futuros têm causas múltiplas, como as condições climáticas, processos políticos, a conjuntura econômica, o consumo, a política monetária e o estoque mundial de alimentos. Caso se vislumbre ou se realize uma perda de safra ou suspensão das exportações, os preços no mercado de futuros começam a disparar. Por mais que produtos agrícolas destinados ao mercado interno, como sorgo, painço e tubérculos, não sejam comercializados no mercado global, a conjuntura no mercado global pode ter impactos graves na segurança alimentar, como mostra os exemplos de Camarões, Gana e Congo: durante a crise alimentar mundial (2007 e 2008), muitos consumidores substituíram produtos importados e caros por alimentos nacionais mais econômicos. A procura aumentou, os preços no mercado interno subiram e fizeram os agricultores sonhar com um aumento da produção e das vendas. Logo em seguida, os preços começaram a cair e, no ano seguinte, os agricultores não conseguiram vender sua produção e pagar seus empréstimos.

Juntamente com a comunidade internacional, o governo federal da Alemanha deveria tomar medidas para restringir a especulação com produtos alimentares, proibindo a inclusão de produtos alimentares em carteiras indexadas de matérias-primas. Nos mercados de futuros, apenas seriam admitidos negociantes com atuação no comércio agrícola real.

4.10.4 A política agrícola e de matérias-primas da União Europeia

Frente ao fato de a União Europeia ter se tornado o maior importador e exportador de produtos agrícolas do mundo,

as decisões políticas da UE e de seus Estados-Membros surtem grande impacto na segurança alimentar dos países em vias de desenvolvimento, sobretudo em razão das importações voluminosas de produtos destinados à alimentação animal e das exportações excessivas, com destaque para as partes do frango que não são aproveitadas na UE. De modo semelhante, o processo legislativo da UE costuma ignorar os efeitos ecológicos, sociais e alimentares da importação de biomassa de origem vegetal destinada à produção de biocombustíveis. Apesar dos critérios de coerência e do compromisso oficial com o combate à fome, os interesses europeus continuam a prevalecer sobre os interesses da política do desenvolvimento. A iniciativa “Tudo Menos Armas”, pela qual a União Europeia concedeu aos 48 países mais pobres acesso praticamente irrestrito aos seus mercados agrícolas, demonstra que ela pode desempenhar um papel construtivo na relação com os países em vias de desenvolvimento. A Política Agrícola da UE, como um todo, deveria enfatizar a visão de uma agricultura ecológica, sustentável, multifuncional e diversa, e assumir uma postura responsável perante os produtores e consumidores na própria União Europeia e perante a população dos países em vias de desenvolvimento. Para tanto, seria importante considerar o que segue:

- Pagamentos diretos aos agricultores europeus não devem distorcer o comércio. Além disso, não pode haver exportações baseadas em práticas de *dumping*.
- Sempre que ocorrerem altas nos preços no mercado global, os países em vias de desenvolvimento devem ter a oportunidade de acionar seus próprios potenciais agrícolas. A UE deve abster-se de iniciativas de exportação que afetam os países em vias de desenvolvimento.
- Nas negociações dos acordos comerciais internacionais, a UE deve reivindicar reformas em benefício dos países em vias de desenvolvimento que aumentem sua segurança alimentar, em vez de exigir, unilateralmente, a abertura desses mercados a exportações europeias.
- A virada energética na UE, que sem dúvida é necessária, não deve resultar em importações volumosas de biomassa dos países em vias de desenvolvimento.
- O comércio agrícola da UE com os países em vias de desenvolvimento deve ser regido pelas “Diretrizes Voluntárias sobre o Direito à Alimentação” da FAO.

- Os países em vias de desenvolvimento devem ter acesso a um mecanismo de queixa ao qual possam recorrer em caso de práticas comerciais antidesenvolvimento.

Na União Europeia e na República Federal da Alemanha, o combate à pobreza, a segurança alimentar e o desenvolvimento agrícola devem se tornar referência para a ação governamental coerente e a implantação dos objetivos de desenvolvimento sustentável.

4.10.5 Políticas agrícolas e alimentares nacionais

A política agrícola e o desenvolvimento rural voltaram a ocupar o centro de atenção das entidades de fomento e dos países em vias de desenvolvimento. Apesar disso, os modelos de desenvolvimento agrícola e os projetos inovadores com foco no fomento da agricultura familiar ainda contam com pouco apoio. O déficit histórico de investimentos na área do desenvolvimento rural deve ser suprido pela iniciativa privada. Nesse modelo, o rumo é definido por um mercado liberal, cabendo ao Estado um papel de coadjuvante, que provê uma seguridade social básica, garante o funcionamento dos mercados, cria o marco legal para novas tecnologias e celebra parcerias público-privadas. Para a agricultura familiar, a possibilidade de participar do mercado depende, antes de tudo, dos investimentos públicos em infraestrutura. Tendo em vista que a maioria dos pobres e famintos vive nas zonas rurais na condição de pequenos agricultores, eles devem investir e contar com o apoio de uma infraestrutura pública. O sucesso do combate à pobreza depende da capacidade de aumentar a renda desses grupos por meio das seguintes medidas:

- Os Estados devem manter em suas mãos instrumentos específicos de interferência em caso de tendências do mercado contrárias à segurança alimentar. A economia pura de mercado não é capaz de satisfazer as demandas do desenvolvimento rural e da segurança alimentar.
- A transferência de tecnologia deve se basear em modelos de uso sustentáveis. A agroecologia e a participação integral dos pequenos agricultores são as formas mais indicadas para apoiar estabelecimentos agrícolas pobres.
- A política agrícola não pode estar a serviço exclusivo de empresas de grande porte e elevado potencial. Tendo

em vista que muitos dos agricultores pobres não têm capacidade de desenvolvimento econômico, a política agrícola deve se estender ao maior número possível de produtores agrícolas. Além disso, ela deve promover a participação de grupos marginalizados, conferindo prioridade às mulheres. A única forma de assegurar acesso a esses grupos são as políticas sociais. Em função disso, programas específicos para pequenos agricultores devem ser conjugados com uma seguridade social básica e com investimentos no desenvolvimento regional e em bens e serviços públicos no meio rural (ensino, saúde, água, armazenamento e abastecimento público).

- A “queima de estoque” de recursos nacionais adquiridos por empresas estrangeiras deve ser prevenida por meio de uma política de concessões baseadas em licitações, planos de ocupação do solo, garantia de direitos fundiários tradicionais e transparência. Programas de parcerias público-privadas devem ser inseridos em estratégias sensatas de comercialização e beneficiamento, com foco no mercado interno.

4.10.6 Padrões aplicáveis a alimentos

O poder das empresas no sistema alimentar mundial deve ser reduzido; a concentração de poder ao longo das cadeias de agregação de valor há de ser evitada. Nos países em vias de desenvolvimento, as multinacionais do comércio vêm aumentando seu poder sobre cadeias produtivas completas de gêneros alimentícios. Para os produtos que comercializam mundialmente, as empresas multinacionais definem os padrões aplicáveis a sementes, adubos, pesticidas, condições de armazenamento, prestação de contas e todos os passos, desde a semeadura até a colheita. Além disso, elas classificam os produtos para determinar seus preços. Há muito tempo, esse regime se aplica a produtos tropicais tradicionais, como café, chá e cacau. Em tempos recentes, os padrões foram estendidos a pequenos agricultores dos países em vias de desenvolvimento que produzem frutas e verduras para os mercados dos países industrializados. Dessa forma, a agricultura familiar do Norte e do Sul acaba sendo obrigada a seguir padrões equivalentes. No entanto, poucos são os produtores devidamente qualificados para cumprir esses requisitos. As crescentes exigências em relação aos produtos, muitas vezes corroboradas por consumidores nos países industrializados, iniciam um processo de elitização entre os agricultores, afastando os agricultores mais pobres de mercados promissores. A padronização global da produção de gêneros ali-

mentícios agrava a marginalização: as normas das redes internacionais começam a se tornar referência para os supermercados nacionais. As redes internacionais de supermercados estão se impondo nos países emergentes e nos países em vias de desenvolvimento, com classe média mais numerosa. Embora essas redes incluam produtos regionais em seu portfólio, elas forçam os fornecedores da agricultura familiar a adotar padrões internacionais.

Os governos e entidades doadoras desconsideram, sistematicamente, o desenvolvimento das feiras informais, destruindo a fonte de renda de milhões de pequenos agricultores e reduzindo a oferta diversificada de alimentos sazonais para a população de baixa renda, que passa a depender de gêneros alimentícios processados, em boa parte importados. Os padrões definidos pelas redes de supermercados deveriam ser regulados por lei. Poderia pensar-se, por exemplo, em padrões que, obrigatoriamente, considerassem as condições de produção da agricultura familiar. As redes poderiam ser obrigadas a oferecer cursos de formação e apoio aos produtores mais pobres, capacitando-os a participar de suas cadeias produtivas. Para tanto, autoridades públicas e redes de supermercados poderiam recorrer às experiências do Comércio Justo, que foram capazes de assegurar a renda de pequenos agricultores apesar da extrema volatilidade do mercado global.

4.11 Assegurar a alimentação no meio urbano e intensificar a agricultura urbana

A alimentação da população urbana depende, em primeiro lugar, de uma renda que garanta o sustento. Um dos principais requisitos para assegurar tal renda é um salário mínimo justo. Nos países em vias de desenvolvimento, grande parte da população urbana, sobretudo as mulheres, trabalha no setor informal sem carteira assinada. Muitos não têm acesso a moradia, saúde de qualidade, água potável e sanitários. Além disso, apresentam pouca resiliência a crises e correm maior risco de subnutrição e desnutrição. Por isso, medidas de geração e segurança de renda, moradias seguras com infraestrutura básica, a promoção do cooperativismo, a consolidação de direitos trabalhistas e atividades de *lobby* em prol de sistemas de seguridade social são fatores que levam à segurança alimentar. A segurança alimentar de grupos com capacidade limitada de autoajuda (idosos, pessoas com deficiência) depende, em escala ainda maior, de programas de seguridade social. Além disso, uma seguridade social sólida aumenta a pro-

dução de alimentos: produtores que têm seu sustento garantido, independentemente de efeitos sazonais, podem investir mais e assumir maiores riscos.

A cidade precisa de alimentos suficientes, saudáveis e disponíveis, a preços adequados; os sistemas de produção, transporte, armazenamento e comercialização precisam funcionar. A produção precisa estar próxima da cidade, principalmente quando se trata de alimentos frescos. Perdas pós-colheita podem ser reduzidas por processos adequados de conservação, sobretudo por cadeias de frio. Nas cidades, muitas pessoas querem plantar e colher parte de seus alimentos. Portanto, é necessário criar espaços, nas cidades e nos arredores, para hortas urbanas e criação de animais de pequeno porte. A agricultura urbana precisa de sistemas de cultivo em espaços reduzidos e de áreas adicionais (hortas em lajes de cobertura, fruticultura em parques e áreas de recreação). Cresce o número de consumidores urbanos que querem saber onde e como seus alimentos são produzidos. Por isso, há cada vez mais modelos de articulação e cooperação entre produtores e consumidores. O fornecimento direto de alimentos pelo produtor, a agricultura comunitária e solidária e o comércio justo promovem um abastecimento transparente e sustentável das cidades e são elementos importantes de sistemas de alimentação que merecem ser ampliados, uma vez que se distinguem por processos de decisão democráticos e por “conselhos de alimentação”.

4.12 Garantir a segurança alimentar em caso de conflitos e desastres

A segurança alimentar é parte integrante da ajuda humanitária. Seu objetivo consiste em garantir que as pessoas atingidas disponham, no curto e médio prazo, de alimentos seguros e nutritivos, antes, durante e após uma crise humanitária ou um desastre. Na área humanitária, a segurança alimentar é analisada frente aos impactos causados por conflitos e desastres naturais, com enfoque nas crises complexas e de longa duração. Em regiões que sofrem de insegurança alimentar crônica, a ajuda humanitária supre apenas lacunas agudas que fogem ao alcance da cooperação para o desenvolvimento. Em caso de conflitos violentos, desastres naturais repentinos ou lentos, a ajuda humanitária prioriza famílias e indivíduos mais vulneráveis e que sofrem de insegurança alimentar aguda.

As medidas de segurança alimentar devem atender à demanda, ocorrer no momento oportuno e ter abrangência suficiente. O abastecimento de mulheres e crianças merece atenção especial. Além disso, os alimentos devem corresponder aos hábitos e às preferências alimentares locais, devendo, ainda, estar disponíveis no mercado e na agricultura. Deve ser dada preferência à compra de produtos locais. Os instrumentos adequados para a população atingida devem ser selecionados criteriosamente (alimento “em espécie”, alimentação complementar, sistemas de vales, sistemas com apoio em dinheiro, condicionado ou não). Além disso, podem ser tomadas providências especiais, como “hortas de emergência” em comunidades incommunicáveis, situadas em regiões de conflitos armados, para o abastecimento da população e a venda de excedentes no mercado local.

Programas de desenvolvimento em caso de conflitos

Muitos parceiros atuam em países flagelados pela violência e por crises de longa duração – por exemplo, no Chifre da África – onde mantêm programas de desenvolvimento na área da alimentação. Em muitos casos, a insegurança alimentar, conjugada com a exclusão sistemática de determinados grupos e com a distribuição desigual de recursos, é uma das causas centrais dos conflitos e da violência. Vale citar, a título de exemplo, os conflitos violentos entre pastores transumantes e agricultores, agressões contra grupos de outra etnia, violência contra refugiados e deslocados. Os programas de desenvolvimento na área da alimentação devem equilibrar a situação e não atizar os conflitos. É necessário identificar as causas dos conflitos e tomar providências sensíveis, considerando as demandas conflitantes dos usuários de recursos escassos e definindo modelos de uso consensuais, como o uso conjunto de áreas. Importa, outrossim, criar um arcabouço legal para dirimir, de forma consensual, os litígios na área da segurança alimentar e do uso dos recursos naturais. Nos países onde não existe Estado de Direito nem Judiciário independente, os conflitos podem ser solucionados por meio de mecanismos extrajudiciais, processos de queixa e arbitragem, existentes ou a serem instituídos.

Segurança alimentar e promoção da paz

O combate à fome apenas pode ser sustentável e trazer os resultados desejados se a cooperação para o desenvolvimento e a ajuda humanitária forem sensíveis aos conflitos e estiverem conjugadas com atividades de promoção da paz. Para alcançar uma paz duradoura e atingir a seguran-

ça alimentar, é necessário superar as causas da violência, como a disputa por recursos naturais limitados. Em muitos casos, a garantia do sustento de uma família que foi vítima de violência está intrinsecamente relacionada ao acesso a alimentos e recursos. Para ter resultados sustentáveis, deve-se superar a desigualdade e a marginalização de determinados grupos e encontrar mecanismos negociados para a solução não violenta de conflitos, em conjunto com defensores locais da paz. Nesse contexto, merecem atenção especial as mulheres e suas demandas concretas em relação à segurança alimentar de suas famílias, ao acesso e ao controle sobre os recursos naturais. Os atores internacionais devem envolver, sobretudo, os atores locais e suas perspectivas, já que são estes que conhecem a complexidade do contexto local, o conflito e os potenciais de pacificação relacionados à questão alimentar.

4.13 Proporcionar uma alimentação saudável e equilibrada

O fosso entre o Norte e o Sul, entre ricos e pobres, entre a possibilidade de viver uma vida saudável e a probabilidade de contrair doenças é assustador. Metade da população mundial não tem acesso à saúde básica. Muitas são as interdependências entre alimentação insuficiente e problemas de saúde. O problema da desnutrição afeta um número cada vez maior de países emergentes e países em vias de desenvolvimento. O risco de contrair doenças é agravado pela desnutrição crônica e pela falta de micronutrientes. Uma alimentação suficiente, adaptada à cultura e saborosa, que garante todas as funções físicas e preserva a saúde, contém não apenas proteínas, gorduras e carboidratos, mas também vitaminas, micronutrientes, fibras e substâncias minerais. Muito além de combater a fome, é preciso erradicar essa “fome silenciosa”, isto é, a insuficiência crônica de nutrientes essenciais, monitorando e denunciando as multinacionais do setor alimentício que lançam mão de um marketing agressivo para aumentar as vendas de alimentos prejudiciais à saúde, principalmente nos países mais pobres. As piores consequências da falta de nutrientes são observadas em gestantes no início da gravidez, em bebês e em crianças com idade até 24 meses. Os danos à saúde das crianças pequenas são quase irreversíveis e incluem: estatura baixa (nanismo), habilidades intelectuais insuficientes, baixa resistência e capacidade reduzida. O “nanismo” é um indicador de subnutrição e desnutrição crônica. Como a criança recebe alimentação insuficiente ou pouco equilibrada, ela não cresce de maneira condizente com sua idade. Esse indicador é diferente

de “peso baixo agudo”, que significa que a criança tem peso insuficiente para sua altura.

Pessoas subnutridas têm pouca resistência a doenças. Para sobreviver, pessoas doentes precisam de uma alimentação equilibrada, que fortaleça seu sistema imunológico e aumente a tolerância a medicamentos. Por isso, o combate à desnutrição deve ser um dos elementos dos programas agrícolas. A agricultura familiar e a pesca artesanal podem contribuir de forma significativa para uma alimentação saudável. Por meio da produção diversificada de alimentos, da pecuária ecologicamente compatível, da aquicultura e da pesca sustentável, é possível assegurar uma alimentação humana balanceada. Frente à perda de muitas espécies nutritivas, importa recorrer a culturas antigas e espécies adaptadas ao contexto regional. Em crises agudas, a fome silenciosa pode ser combatida por suplementos nutricionais e enriquecimento (fortificação) com micronutrientes, ou pela administração direta de micronutrientes. Porém, essas medidas estão longe de ser suficientes. Elas devem vir acompanhadas de tentativas de assegurar uma verdadeira diversidade alimentar para todos. Para difundir conhecimento sobre alimentação, os currículos das escolas e dos centros profissionalizantes devem incluir os temas da alimentação e saúde. Além do sistema de ensino formal, conhecimentos sobre alimentação podem ser transmitidos em programas de sensibilização familiar.

4.14 Fortalecer a seguridade social

Os sistemas de seguridade social oferecem benefícios, monetários ou não, para garantir o sustento em situações como doença, perda de renda, acidente, terceira idade e deficiência. Atualmente, cerca de 80 por cento da população mundial não goza de proteção contra impactos de doenças, velhice, desemprego ou perda de renda. Outros riscos para a segurança alimentar de indivíduos, famílias e comunidades são perdas de safra, pesca excessiva, desastres naturais e conflitos. Sem seguridade social pública, a segurança alimentar universal e a redução da fome se tornam inviáveis:

- A seguridade social é um instrumento que promove o acesso à alimentação, além de aumentar e estabilizar a renda de seus beneficiários. Quanto mais sujeita a variações sazonais, mais importante será contar com uma renda contínua. Os benefícios recebidos costumam

mam ser utilizados, em primeiro lugar, para comprar alimentos.

- Ademais, a seguridade social aumenta a resiliência a crises como a perda de safra. Quem conta com benefícios da seguridade social não é forçado a vender seus meios de produção e sua propriedade, mantendo, portanto, sua perspectiva de sustento.
- Além disso, os programas de seguridade social favorecem a produção da agricultura familiar. Afinal, quem tem uma base mais segura pode investir mais na produção agrícola.

Vale notar, porém, que os benefícios costumam ser condicionados (por exemplo, à apresentação de atestado de pobreza segundo uma “linha de pobreza”). Outras condições para a concessão desses benefícios podem ser a frequência escolar dos filhos, exames de saúde ou a vacinação. Por mais sofisticada que seja a metodologia, não são raros os casos em que os grupos-alvo não são atingidos. Vejamos o critério dos exames de saúde: na inexistência de postos de saúde, os exames podem ser um critério inadequado. Benefícios incondicionais acarretariam um ônus administrativo bem menor e poderiam ser pagos com base em impostos ou verbas arrecadadas em outros setores, como mineração, transações financeiras e turismo.

4.15 Intensificar as atividades de formação e divulgação para promover uma virada na agricultura e alimentação no Norte

É necessário oferecer informação aos consumidores, seja através de campanhas de formação e divulgação ou por meio da rotulagem de produtos (certificação), conscientizando-os das dimensões ecológicas, sociais e éticas dos padrões de consumo. O consumo é sustentável quando é ecológico, viável, socialmente justo e saudável e não traz ameaças para a segurança alimentar global. Caso o consumidor consciente comece a “exercer seu poder político com o carrinho de compras”, pode surgir um novo padrão alimentar que, por sua vez, influenciaria a oferta e as condições de produção dos alimentos. Os protagonistas do mercado reagem de forma sensível aos desejos dos seus clientes e procedem às adaptações exigidas pelo mercado. Os alimentos “livres de transgênicos” são um resultado da

pressão de “procura”, ou seja, das demandas dos consumidores. Para descrever um estilo de alimentação sustentável, bastariam três palavras: “menos”, “diferente” e “melhor”. “Menos” significa uma redução do consumo de recursos. Essa redução começa pelo planejamento criterioso da demanda, evitando o desperdício de alimentos. Outro vetor importante da virada rumo ao consumo sustentável é a redução do consumo de laticínios, peixe, carne e derivados. Reduzir o consumo de carne mitiga os impactos climáticos e diminui o consumo de recursos (importação de ração animal, etc.). Reduzir o consumo de peixe, por sua vez, reduz a pesca excessiva nos oceanos. Nos países em vias de desenvolvimento, áreas que servem para a produção de alimentos animais produziriam alimentos humanos, e a pesca daria preferência a espécies de alto teor proteico. O “menos” poderia referir-se, ainda, ao consumo de energia: menos embalagem, distâncias menores, menos pesca industrial e menos energia para a produção e o armazenamento de produtos de conveniência. “Diferente” significa que o preço não pode ser o único critério. É importante considerar a sustentabilidade e fazer uma opção consciente por produtos sazonais, regionais e ecológicos. Não por último, “diferente” se refere ao consumo de produtos do Comércio Justo. Esse, por sua vez, contribui diretamente para a segurança alimentar dos produtores, por oferecer melhores condições comerciais e preços justos. “Melhor” significa mais sabor e mais saúde, ou seja, um consumidor atento à qualidade da carne, às condições de produção, às técnicas e zonas de pesca, etc. Pode tratar-se, ainda, de um redescobrimto da cozinha regional com base na diversidade dos produtos locais (plantas, animais terrestres e aquáticos) e na produção local. Quando os alimentos são mais valorizados, uma nova cultura alimentar pode surgir.

Atividades de formação e divulgação devem propagar um estilo sustentável de alimentação, sensibilizando os consumidores para as relações sociais, ecológicas, agrícolas, comerciais e climáticas dos alimentos. Projetos de formação e campanhas realizadas juntamente com entidades governamentais, ambientalistas, consumidores, agricultores e outras organizações de cooperação para o desenvolvimento podem desencadear um processo de desenvolvimento rumo ao consumo sustentável. Um dos objetivos seria a melhor rotulagem dos produtos, de forma a garantir que o consumidor possa identificar o índice de sustentabilidade daquilo que está adquirindo. Os critérios de rotulagem devem ser definidos pelo legislador, a exemplo do selo biológico da UE. Selos e padrões de entidades privadas podem ser ainda mais exigentes, exigindo audito-

rias independentes para constatar o cumprimento dos padrões definidos. Tendo em vista que a certificação costuma ser cara demais para a agricultura familiar, deve-se optar pelo aperfeiçoamento de procedimentos de certificação participativos, que viabilizam a certificação mútua entre os agricultores, com amostras verificadas por órgãos

independentes. Ao mesmo tempo, os preços dos alimentos devem refletir os custos reais de sua produção. Para tanto, pode-se pensar na criação de impostos ambientais incidentes sobre produtos que gastam muitos recursos, ou em alíquotas reduzidas do Imposto sobre o Valor Agregado - IVA para alimentos de produção ecológica.

5. Conclusão

É patente a complexidade dos vetores da segurança alimentar, como o capital financeiro, as mudanças climáticas, a preservação dos recursos naturais, a crescente produção de OGMs (soja, algodão, milho, etc.) e a mudança dos hábitos alimentares. A segurança alimentar e o combate à fome vão muito além da simples oferta calórica. Trata-se de analisar as questões da má nutrição, desnutrição e da alimentação excessiva. Todos os programas unilaterais que defendem apenas o aumento da produtividade agrícola (com base em OGMs, etc.) e investimentos volumosos em desenvolvimento rural estão condenados ao fracasso se não promoverem a participação social dos famintos e não priorizarem a melhoria de suas condições de vida. Nesse cenário, o marco internacional e as políticas nacionais sociais, agrícolas e de pesca desempenham um papel importante. Se não houver uma mudança de rumo em direção à superação da pobreza no meio rural, ao maior fomento de regiões rurais e a uma política social basea-

da em direitos, não haverá a aplicação eficaz do Direito à Alimentação e a redução da fome. Problemas complexos exigem abordagens complexas, integradas e multissetoriais que atribuam paridade às questões sociais e ecológicas.

Em seus programas e projetos e em seu trabalho de *lobby*, Pão para o Mundo, Diakonie Katastrophenhilfe e suas organizações parceiras lutam pela realização do Direito à Alimentação, por melhorias da segurança alimentar e por maior soberania alimentar, com vistas a melhorar a situação dos grupos que mais sofrem com a pobreza e a fome. Derivadas dos princípios básicos que as regem, as estratégias, propostas, abordagens e áreas de atuação descritas neste documento pretendem servir de bússola para as atividades programáticas e políticas de Pão para o Mundo, Diakonie Katastrophenhilfe e suas organizações parceiras na vasta área da segurança alimentar.

6. Fontes e bibliografia

Agrar Koordination (2014): Das ist moderne Landwirtschaft [Eis a agricultura moderna]! 1001 Möglichkeiten, 9 Milliarden Menschen zu ernähren [1001 possibilidades de alimentar 9 bilhões de pessoas]. Hamburgo: Forum für internationale Agrarpolitik FIA e.V.

https://www.agrarkoordination.de/fileadmin/dateiupload/PDF-Dateien/Broschuere/AK_Heft_Mod.Landwirtschaft.pdf

Albrecht, Stephan/Engel, Albert (2009): Weltagrarbericht [Relatório Mundial da Agricultura]. Synthesebericht [Relatório sintético]. Hamburgo: Hamburg University Press

Arbeitsgemeinschaft Frieden und Entwicklung (FriEnt) (2015) et al.

<https://www.amazon.de/Weltagrarbericht-Synthesebericht-Stephan-Albrecht/dp/3937816682>

Arbeitsgemeinschaft Frieden und Entwicklung (FriEnt) et al.: Eine Welt ohne Hunger in einer Welt voller Konflikte [Um mundo sem fome em um mundo cheio de conflitos]? Dokumentation der Podiumsdiskussion zum internationalen Friedenstag 2014 [Documentação do painel no Dia Internacional da Paz em 2014]. Bonn: FriEnt

[https://www.frient.de/publikationen/dokument/?tx_ggfilelibrary_pi1\[container\]=16&tx_ggfilelibrary_pi1\[action\]=show&cHash=0120c4206c4541397b3d77967729d2fe](https://www.frient.de/publikationen/dokument/?tx_ggfilelibrary_pi1[container]=16&tx_ggfilelibrary_pi1[action]=show&cHash=0120c4206c4541397b3d77967729d2fe)

Badgley Catherine et al. (2007): Organic Agriculture and the Global Food Supply [Agricultura orgânica e suprimento mundial de alimentos]. In Renewable Agriculture and Food Systems 22 (2), pp. 86-108. Cambridge: Cambridge University Press

http://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/39075622/Catherine_Badgley_2006.pdf?AWSAccessKeyId=AKIAJ56TOJRTWSMTNPEA&Expires=1480413095&Signature=4%2BHn5DHDv1GTIE2pYauJDH8OhQo%3D&response-content-disposition=inline%3B%20filename%3DCatherine_Badgley_2006.pdf

Bertow, Kerstin (2011): Ist genug für alle da [Será que é suficiente para todos]? Welternährung zwischen Hunger und Überfluss [Alimentação mundial entre a fome e a abundância]. Analyse 23. Berlin: Brot für die Welt

https://www.brot-fuer-die-welt.de/fileadmin/mediapool/2_Downloads/Fachinformationen/Analyse/Analyse_23_Internet.pdf

Brot für die Welt (1997): Nachhaltige Landwirtschaft [Agricultura sustentável]. Orientierungsrahmen für eine sozial- und umweltverträgliche Landwirtschaft aus Sicht der kirchlichen Zusammenarbeit [Marco referencial para uma agricultura com responsabilidade social e ambiental – a perspectiva da cooperação eclesial para o desenvolvimento]. Stuttgart: Brot für die Welt

Brot für die Welt (2008): Fünfzig Jahre Brot für die Welt [Cinquenta anos de Pão para o Mundo]. Standortbestimmung und Selbstverständnis eines kirchlichen Entwicklungswerks [Definição da posição e identidade de uma organização eclesial de cooperação para o desenvolvimento]. Stuttgart: Diakonisches Werk der Evangelischen Kirche in Deutschland e.V. für die Aktion Brot für die Welt

Brot für die Welt (2008): Fünf Jahrzehnte kirchliche Entwicklungszusammenarbeit [Cinco décadas de cooperação eclesial para o desenvolvimento]. Wirkungen – Erfahrungen – Lernprozesse [Efeitos – experiências – processos de aprendizagem]. Frankfurt/Main: Brandes & Apsel

http://www.brandes-apsel-verlag.de/cgi-bin/germinal_shop.exe/VOLL?titel_id=8300876&titel_nummer=8300876&caller=brap&backpage=brap_topliste.html&verlag=83&caller=brap&session_id=B11B7B63-67F5-47B3-B400-053922A83722

Brot für die Welt (2009): Soziale Grundsicherung als Instrument der Armutsbekämpfung [Seguridade social como instrumento do combate à pobreza]. Leitgedanken zu unserem Engagement für soziale Sicherheit [Ideias mestras sobre nossa luta pela seguridade social]. Berlin: Brot für die Welt

https://www.brot-fuer-die-welt.de/fileadmin/mediapool/2_Downloads/Fachinformationen/Profil/Profil_04_Grundsicherung_Internet.pdf

Brot für die Welt/FIAN/Forum Umwelt und Entwicklung et al. (2015): Konzernmacht grenzenlos [O poder ilimitado das multinacionais]. Die G7 und die weltweite Ernährung [O G7 e a alimentação mundial]. Berlin: Forum Umwelt und Entwicklung

http://forumue.de/wp-content/uploads/2015/05/Konzernmacht_grenzenlos_Broschuere_A4_web.pdf

Brot für die Welt (2016): Stadt-Land-Essen [Cidade – Terra – Comida]. Wer ernährt in Zukunft die Städte [Quem vai alimentar as cidades no futuro]? Berlin: Brot für die Welt

https://www.brot-fuer-die-welt.de/fileadmin/mediapool/2_Downloads/Themen/Ernaehrung/SING_Ernaehrung_in_der_Stadt.pdf

Buntzel, Rudolf/Mari, Francisco (2016): Gutes Essen – arme Erzeuger [Comida boa, produtor pobre]. Wie die Agrarwirtschaft mit Standards die Nahrungsmärkte beherrscht [Como a agroindústria com seus padrões domina os mercados de gêneros alimentícios]. Munique: Oekom

<https://www.oekom.de/nc/buecher/gesamtprogramm/buch/gutes-essen-arme-erzeuger.html>

Curtis, Mark (2015): Fostering Economic Resilience [Fomentar a resiliência econômica]. The Financial Benefits of Ecological Farming in Kenya and Malawi [Benefícios financeiros da agroecologia no Quênia e no Malaui]. Johannesburg: Greenpeace África

<http://www.greenpeace.org/africa/Global/africa/graphics/FoodForLife/Fostering%20Economic%20Resilience.pdf>

Deutsches Institut für Menschenrechte (2005): Die „General Comments“ zu den VN-Menschenrechtsverträgen [Os comentários gerais relativos aos pactos de Direitos Humanos das Nações Unidas]. Baden-Baden: Nomos

<http://www.nomos-shop.de/Deutsches-Institut-f%C3%BCr-Menschenrechte-General-Comments-VN-Menschenrechtsvertr%C3%A4gen/productview.aspx?product=1756>

Diakonisches Werk der Evangelischen Kirche in Deutschland (2004): Humanitäre Hilfe weltweit [Ajuda humanitária no mundo]. 50 Jahre Diakonie Katastrophenhilfe [50 anos de Diakonie Katastrophenhilfe]. Stuttgart: Diakonisches Werk der Evangelischen Kirche in Deutschland

Edwards, Sue/ Berhan Gebre Egziabher, Tewelde/Araya, Hailu (2010): Successes and challenges in ecological agriculture [Sucessos e desafios da agroecologia]: Experiences from Tigray, Ethiopia [Experiências de Tigray, Etiópia]. Roma: FAO

<http://www.fao.org/docrep/014/i2230e/i2230e09.pdf>

Evangelischer Entwicklungsdienst (2008): Wer ernährt die Welt [Quem alimenta o mundo]? Bäuerliche Landwirtschaft hat Zukunft [A agricultura familiar tem futuro]. Bonn: Evangelischer Entwicklungsdienst

Evangelische Kirche in Deutschland (2000): Ernährungssicherung und nachhaltige Entwicklung [Segurança alimentar e desenvolvimento sustentável]. Eine Studie der Kammer der EKD für Entwicklung und Umwelt [Estudo da comissão da EKD para Desenvolvimento e Meio Ambiente]. Hannover: EKD-Texte 67

http://www.ekd.de/download/ekd_texte_67.pdf

Evangelische Kirche in Deutschland (2011): Leitlinien für eine multifunktionale und nachhaltige Landwirtschaft [Diretrizes para uma agricultura multifuncional e sustentável]. Zur Reform der gemeinsamen Agrarpolitik (GAP) der EU [Sobre a reforma da Política Agrícola Comum (PAC) da UE]. Hannover: EKD-Texte 114

http://www.ekd.de/download/ekd_texte_114.pdf

Evangelische Kirche in Deutschland (2012): Die Erde ist des Herrn und was darinnen ist [A terra e tudo o que nela há são do Senhor]. Biopatente und Ernährungssicherung aus christlicher Perspektive [A perspectiva cristã das biopatentes e da segurança alimentar]. Eine Studie der Kammer der EKD für Entwicklung und Umwelt [Estudo da comissão da EKD para Desenvolvimento e Meio Ambiente]. Hannover: EKD-Texte 115

http://www.ekd.de/download/ekd_texte_115.pdf

Evangelische Kirche in Deutschland (2013): Kundgebung der 11. Synode der EKD, Düsseldorf. Es ist genug für alle da – Welternährung und Landwirtschaft [Há o suficiente para todos – alimentação mundial e agricultura].

http://www.ekd.de/synode2013/beschluesse/s13_beschluss_kundgebung.html

Evangelische Kirche in Deutschland (2015): Unser tägliches Brot gib uns heute [O pão nosso de cada dia nos dai hoje]. Neue Weichenstellung für Agrarentwicklung und Welternährung [Um novo rumo para o desenvolvimento agrícola e a alimentação mundial]. Hannover: EKD-Texte 121

http://www.ekd.de/download/ekd_texte_121.pdf

Evangelische Kirche in Deutschland, Deutsche Bischofskonferenz (2003): Neuorientierung für eine nachhaltige Landwirtschaft [Reorientação rumo a uma agricultura sustentável]. Ein Diskussionsbeitrag zur Lage der Landwirtschaft [Uma contribuição à discussão sobre o estado da agricultura], Gemeinsame Texte 18. Hannover/Bonn

<http://www.ekd.de/EKD-Texte/44662.html>

Erklärung von Bern (2013): Agropoly – a handful of cooperations control world food production [Agropólio – meia dúzia de empresas controla a produção mundial de alimentos]. Zúriq: Erklärung von Bern

http://www.econexus.info/sites/econexus/files/Agropoly_Econexus_BerneDeclaration_wide-format.pdf

FAKT (2011): Gesamtbericht – Förderbereichsevaluation Ländliche Entwicklung / Naturressourcenmanagement Evangelischer Entwicklungsdienst (EED) [Relatório da avaliação na área de fomento “desenvolvimento rural/gestão de recursos naturais” do EED]. Synthesebericht aus Desk-Studie und Fallstudien [Relatório sucinto dos resultados da pesquisa documental e dos estudos de casos]. Teil I. Bericht. Berlin: Brot für die Welt

https://info.brot-fuer-die-welt.de/sites/default/files/blog-downloads/TEIL_I_SYNTHESBERICHT_FBE_LE_NRM.pdf

FAO (1996): World Food Summit [Cúpula Mundial da Alimentação]. Roma: FAO

<https://s16f1cc4ac6eacfee.jimcontent.com/.../06%20Ernaehrungssicherheit.pdf>

FAO (2013): Organic Agriculture [Agricultura orgânica]: African Experiences in Resilience and Sustainability [Experiências com resiliência e sustentabilidade na África]. Roma: FAO, Natural Resources Management and Environment Department

www.fao.org/docrep/018/i3294e/i3294e.pdf

FAO (2015): Undernourishment around the world in 2015 [Subnutrição no mundo em 2015]. The global trends [Tendências globais]. Roma: FAO

<http://www.fao.org/3/a-i4646e/i4646e01.pdf>

FAO (2016): Crop Prospects and Food Situation [Estimativas de safra e situação alimentar]. No 4. Roma: FAO
<http://www.fao.org/3/a-i6558e.pdf>

FAO (2017): The State of Food Security and Nutrition in the World 2017 [A situação da segurança alimentar e da nutrição no mundo em 2017]. Building resilience for peace and food security [Criar resiliência para a paz e para a segurança alimentar]. Roma: FAO
<http://www.fao.org/3/a-i7695e.pdf>

Fair Trade Advocacy Office et al. (2015): Wer hat die Macht [Quem tem o poder]? Machtkonzentration und unlautere Handelspraktiken in landwirtschaftlichen Wertschöpfungsketten [Concentração de poder e práticas comerciais ilícitas nas cadeias produtivas agrícolas]. Berlin: Forum Fairer Handel e.V.
https://www.forum-fairer-Handel.de/fileadmin/user_upload/dateien/publikationen/andere_publicationen/studie_wer_hat_die_macht_langfassung.pdf

Giovannucci, Daniele et al. (2012): Food and Agriculture [Alimentação e agricultura]: The future of sustainability [O futuro da sustentabilidade]. A strategic input to the Sustainable Development in the 21st Century (SD21) [Uma contribuição estratégica para o desenvolvimento sustentável no século 21]. Nova York: United Nations Department of Economic and Social Affairs, Division for Sustainable Development
https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/agriculture_and_food_the_future_of_sustainability_web.pdf

Heinrich Böll Stiftung et al. (Essen, 2015): Bodenatlas [Atlas da terra]. Daten und Fakten über Acker, Land und Erde [Dados e fatos sobre a lavoura, o solo e a terra]. Berlin: Heinrich-Böll-Stiftung
https://www.boell.de/sites/default/files/bodenatlas2015_iv.pdf

Höring, Uwe (2015): Ernährung für alle oder Profit für wenige [Alimentação para todos ou lucros para alguns]? Die neue Allianz für Ernährungssicherung in Afrika [A nova aliança para a segurança alimentar na África]. Analyse 51. Berlin: Brot für die Welt
http://www.brot-fuer-die-welt.de/fileadmin/mediapool/2_Downloads/Fachinformationen/Analyse/Analyse51_Ernaehrung_fuer_alle.pdf

Höring, Uwe (2014): Entwicklungspolitik goes Agrarindustrie [Política de desenvolvimento rumo ao agronegócio]. Eine kritische Analyse von Initiativen zur Förderung des internationalen Agribusiness im Landwirtschafts- und Ernährungsbereich [Uma análise crítica de iniciativas de fomento do agronegócio internacional nas áreas da agricultura e alimentação]. Berlin: Forum Umwelt und Entwicklung
http://www.fian.de/fileadmin/user_upload/dokumente/shop/landwirtschaft/AGRI_AnalyseAgribusiness_21102014_web-1.pdf

IFRC – International Federation of Red Cross et al. (1994): The Code of Conduct for the international Red Cross and Red Crescent Movement and Non-Governmental Organisations (NGOs) in Disaster Relief [O Código de conduta para a Cruz Vermelha, o Crescente Vermelho e ONGs na área da ajuda de emergência].
Genebra: International Federation of Red Cross
<http://www.ifrc.org/Global/Publications/disasters/code-of-conduct/code-english.pdf>

Intergovernmental Panel on Climate Change (2014): Climate Change 2014 [Mudanças Climáticas 2014]. Mitigation of Climate Change [Mitigação das mudanças climáticas]. Contribution of Working Group III to the Fifth Assessment [Contribuição do GT III à 5ª avaliação]. Cambridge: Cambridge University Press.
https://www.ipcc.ch/pdf/assessment-report/ar5/wg3/ipcc_wg3_ar5_full.pdf

Kotschi, Johannes (2013): Bodenlos [Sem solo]. Negative Auswirkungen von Mineraldüngern in der tropischen Landwirtschaft [Impactos da adubação química na agricultura tropical]. Berlin: WWF
https://www.boell.de/sites/default/files/2015_wwf_mineralduenger_de_web.pdf

Kürschner-Pelkmann, Frank (2015): Unser tägliches Brot gib uns heute [O pão nosso de cada dia nos dai hoje]. Neue Weichenstellung für Agrarentwicklung und Welternährung – Kurzfassung der Studie der Kammer der EKD für nachhaltige Entwicklung [Um novo rumo para o desenvolvimento agrícola e a alimentação mundial – versão sucinta do estudo da comissão da EKD para o desenvolvimento sustentável]. Hannover: EKD
http://www.ekd.de/agu/download/Unser_taeglich_Brot_gib_uns_heute_-_Kurzfassung.pdf

Li Ching, Lim (2009): Is ecological agriculture productive [A agroecologia é produtiva]? TWN Briefing Paper No. 52. Penang: Third World Network
http://webs.chasque.net/~rapaluy1/organicos/articulos/ecological_agriculture_productive.html

OCDE Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (2012): OECD Environmental Outlook to 2050 [Prognóstico ambiental da OCDE até 2050]. Paris: OECD-Publishing

Parrot, Nicholas/Marsden, Terry (2002): The Real Green Revolution [A verdadeira revolução verde]. Organic and Agro-ecological Farming in the South [Agricultura orgânica e agroecologia no Sul]. Londres: Greenpeace Environmental Trust
<http://www.greenpeace.org.uk/MultimediaFiles/Live/FullReport/4526.pdf>

Pretty, Jules (2006): Agro-ecological approaches to agricultural development [Enfoques agroecológicos do desenvolvimento agrícola]. Background paper for the World Development Report 2008 [Informações de fundo para o Relatório Mundial de Desenvolvimento 2008]. Essex: Universidade de Essex
https://openknowledge.worldbank.org/bitstream/handle/10986/9044/WDR2008_0031.pdf?sequence=1

Stabinsky, Doreen/Li Ching, Lim, (2014): Herausforderung Klimawandel [O desafio das mudanças climáticas]. Eine Strategie für ökologische Landwirtschaft und Klimaresilienz [Uma estratégia para a agricultura ecológica e a resiliência climática]. Analyse 42. Berlin: Brot für die Welt
http://www.brot-fuer-die-welt.de/fileadmin/mediapool/2_Downloads/Fachinformationen/Analyse/Analyse_42_Oekologische_Landwirtschaft_und_Klimaresilienz.pdf

The Sphere Project (2011): The Sphere Handbook [Manual Sphere]: Humanitarian Charter and Minimum Standards in Humanitarian Response [Carta humanitária e padrões mínimos para respostas humanitárias]. Genebra: International Council of Voluntary Agencies (ICVA)
<http://www.sphereproject.org/handbook/>

UNCTAD (2013): Trade and Environment Review 2013 [Comércio e meio ambiente, 2013]: Wake up before it is too late [Acordar antes que seja tarde]. Make agriculture truly sustainable now for food security in a changing climate [Transformar a agricultura em uma atividade verdadeiramente sustentável para garantir a segurança alimentar em meio às mudanças climáticas]. Genebra: United Conference on Trade and Development
http://www.srfood.org/images/stories/pdf/otherdocuments/20130918_UNCTAD_en.pdf

UNDESA-United Nations Department of Economic and Social Affairs (2015): News July. Nova York: UNDESA
<http://www.un.org/en/development/desa/news/2015.html>

UNEP-UNCTAD Capacity Building Task Force on Trade, Environment and Development (2008): Organic Agriculture and Food Security in Africa [Agricultura orgânica e segurança alimentar na África]. Genebra: Nações Unidas
http://unctad.org/en/docs/ditcted200715_en.pdf

Assembleia Geral das Nações Unidas (2010): Report A/HRC/16/49 submitted by the Special Rapporteur on the right to food [Relatório apresentado pelo Relator Especial a respeito do Direito à Alimentação], Olivier De Schutter. Genebra: Nações Unidas
http://www.srfood.org/images/stories/pdf/officialreports/20110308_a-hrc-16-49_agroecology_en.pdf

Walter, Bernhard (2014): Der Energiepflanzenanbau gefährdet das Recht auf Nahrung [Plantas energéticas – uma ameaça ao Direito à Alimentação]. Die aktuelle Biokraftstoffpolitik aus developmentspolitischer Perspektive [O debate atual em torno da política de biocombustíveis – a perspectiva da política do desenvolvimento]. Profil 15. Berlim: Brot für die Welt
<https://shop.brot-fuer-die-welt.de/entwicklungspolitik/Ernaehrung/Profil-15--Der-Energiepflanzenanbau-gefaehrdet-das-Recht-auf-Nahrung.html>

Walter, Bernhard et al. (2014): Stillen Hunger bekämpfen [Lutar contra a fome silenciosa]: Eine Investition in die Zukunft [Um investimento no futuro]. Berlim: Brot für die Welt
<https://shop.brot-fuer-die-welt.de/Themen---Aktionen/Satt-ist-nicht-genug-/Stillen-fome-bekaempfen--Eine-Investition-in-die-Zukunft.html>

Programa Mundial de Alimentação (2016): Bekämpft den Hunger. Weltweit. [Lutar contra a fome. No mundo inteiro]. Berlim: Programa Mundial de Alimentação
<http://de.wfp.org/über-wfp>

Welthungerhilfe (2017): Hunger – Ausmaß, Verbreitung, Ursachen. [A fome – dimensão, presença global, causas]. Die häufigsten Fragen zum Thema [As perguntas mais frequentes sobre o tema]. Bonn: Welthungerhilfe

Programa Mundial de Alimentação (2017): The Year in Review 2016 [Retrospectiva de 2016]. You trusted us [Vocês confiaram]. We delivered [Nós cumprimos]. Roma: Programa Mundial de Alimentação
<https://docs.wfp.org/api/documents/WFP-0000019183/download/>

OMS/Banco Mundial (2017): Tracking Universal Health Coverage [Radar da cobertura de saúde]: 2017 Global Monitoring Report [Relatório global de monitoramento 2017].
http://www.who.int/healthinfo/universal_health_coverage/report/2017_global_monitoring_report.pdf?ua=1

Banco Mundial (1986): Relatório Mundial de Desenvolvimento 1986. Der verhaltene Aufschwung und die Aussichten für ein dauerhaftes Wachstum - Handels- und Preispolitik in der Weltlandwirtschaft - Kennzahlen der Weltentwicklung [A retomada moderada e as perspectivas de políticas contínuas de crescimento, comércio e preços na agricultura mundial – indicadores do desenvolvimento mundial]. Washington: Banco Mundial
<http://documents.worldbank.org/curated/en/633691468782075169/Weltentwicklungsbericht-1986-zusammenfassung>

Banco Mundial (2011): Relatório Mundial de Desenvolvimento 2011. Conflict, Security, and Development [Conflito, Segurança e Desenvolvimento]. Washington: Banco Mundial
<https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/4389>

Nações Unidas (2015): Minuta dos resultados da Cúpula das Nações Unidas para aprovação da agenda de desenvolvimento pós-2015. A/RES/69/315 Resolução da Assembleia Geral. Nova York: Nações Unidas
<http://www.un.org/depts/german/gv-69/band3/ar69315.pdf>

Zukunftsstiftung Landwirtschaft (2009): Wege aus der Hungerkrise [Maneiras de sair da crise da fome]. Die Erkenntnisse des Weltagrарberichtes und seine Vorschläge für eine Landwirtschaft von morgen [Os resultados do Relatório Mundial da Agricultura e suas propostas com vistas ao futuro da agricultura]. Berlin: Zukunftsstiftung Landwirtschaft
http://www.weltagrарbericht.de/downloads/Wege_aus_der_Hungerkrise_2.4MB.pdf

Glossário

Segurança alimentar

Segurança alimentar descreve o estado em que todos os seres humanos, a qualquer momento, têm acesso físico, social e econômico a alimentos suficientes, seguros e nutritivos que atendem às necessidades de alimentação de uma vida ativa e saudável. A segurança alimentar tem quatro dimensões principais: (1) disponibilidade de alimentos, (2) acesso aos alimentos, (3) utilização e (4) aproveitamento dos alimentos e estabilidade do sistema de agricultura e alimentação. Por apresentar diversas dimensões, a segurança alimentar não pode ser alcançada simplesmente através de atividades individuais avulsas. Os projetos de Pão para o Mundo nessa área de fomento integram:

- a aplicação eficaz do Direito à Alimentação e o apoio da soberania alimentar;
- o aumento da produtividade agrícola por meio da agroecologia;
- o fomento da formação na área da agricultura, da assessoria e pesquisa agrícolas;
- a melhoria do acesso aos recursos naturais;
- o fomento da agricultura familiar com resiliência climática;
- o fortalecimento da organização de pequenos agricultores;
- o fomento da pesca artesanal e da aquicultura sustentável;
- a luta por condições internacionais e nacionais equitativas;
- a garantia de alimentação no meio urbano e a intensificação da agricultura urbana;
- a promoção de uma alimentação saudável e equilibrada;
- a realização de atividades de *advocacy* e *lobby*, bem como divulgação e incidência pública sobre o tema segurança alimentar no Sul e no Norte Globais.

Soberania alimentar

Soberania alimentar é um conceito político de movimentos sociais que foi concebido em 1996 pela Via Campesina, uma de nossas organizações parceiras. A soberania alimentar transcende a segurança alimentar, integrando a

decisão soberana dos agricultores sobre o tipo de alimentação que produzem e sobre as formas de produção, bem como a decisão soberana dos consumidores sobre o tipo de comida que vão comer. Antes de mais nada, o conceito da soberania alimentar é uma contraproposta ao modelo agrícola neoliberal, contra a liberalização dos mercados de produtos agrícolas, a privatização de serviços rurais, a concentração e apropriação de recursos produtivos – como terra, sementes, água, recursos naturais e pesqueiros – nas mãos de poucos, sejam eles pessoas físicas ou empresas. Como contraproposta, defende-se a visão de uma agricultura familiar, multifuncional e sustentável e da pesca artesanal. A soberania alimentar aplica-se a todos os países.

Fome, má nutrição, desnutrição e subnutrição, obesidade

Em função de suas causas e dimensões diversas, a fome tem muitas definições. Na linguagem cotidiana, fome designa o sofrimento causado pela deficiência de calorias. No entanto, essa definição não é suficiente. A fome tem causas diversas e se manifesta de várias formas.

Fome aguda significa subnutrição por um determinado período de tempo. É a forma mais extrema da fome, que pode ser causada por desastres. Oito por cento da população mundial sofre de fome aguda.

Fome crônica designa uma subnutrição constante e contínua, que pode ser qualitativa ou quantitativa. Embora não seja visível à primeira vista, suas consequências são dramáticas: o corpo compensa a alimentação insuficiente, reduzindo as atividades físicas e intelectuais. As pessoas não conseguem se concentrar, deixam de tomar iniciativa, tornam-se apáticas. No caso das crianças, a fome crônica pode comprometer, de forma irreversível, seu desenvolvimento cognitivo e psíquico.

Fome escondida descreve um tipo de subnutrição caracterizado pela ingestão e absorção deficientes de vitaminas e minerais (zinco, iodo, ferro, etc.) que são imprescindíveis para o desenvolvimento e uma saúde estável. Essa fome,

difícil de diagnosticar, flagela mais de dois bilhões de pessoas no mundo.

A dieta diária ideal do ser humano

A quantidade diária mínima de alimentos varia em função do país, da faixa etária e do gênero. De acordo com a FAO, ela monta, em média, a 1.800 quilocalorias (kcal). A OMS, por sua vez, fala em aproximadamente 2.100 kcal por dia.

Quando se fala em “crise de fome”?

As Nações Unidas definiram cinco graus de segurança alimentar nacional: a “epidemia de fome” é a quinta e pior categoria, caracterizada por três critérios essenciais. São eles: (1) pelo menos 20% das famílias enfrentam uma grave falta de alimentos (menos de 2.100 kcal/dia); (2) taxas de desnutrição aguda excedendo 30%; (3) taxa de mortalidade por falta de alimentos superior a duas pessoas ou quatro crianças por dia em cada dez mil pessoas.

Má nutrição = ingestão insuficiente ou excessiva de energia (calorias) e nutrientes (carboidratos, gorduras, proteínas, vitaminas, minerais). Má nutrição é um termo genérico que designa, antes de mais nada, subnutrição, desnutrição/deficiência de micronutrientes e alimentação excessiva.

Subnutrição = insuficiência crônica de energia e/ou nutrientes provenientes da alimentação. A subnutrição afeta, sobretudo, crianças com idade inferior a cinco anos. Em crianças dessa faixa etária, a subnutrição se manifesta em um peso ao nascer inferior a 2.500 g (baixo peso ao nascer), peso insuficiente, baixo peso ou estatura baixa (nanismo).

Desnutrição/deficiência de micronutrientes = alimentação com insuficiência de micronutrientes (vitaminas e minerais). A desnutrição diz respeito à qualidade dos alimentos ingeridos. Suas formas mais frequentes são a deficiência de vitamina A, iodo e ferro.

Alimentação excessiva = excesso crônico de energia e nutrientes provenientes da alimentação, o que causa excesso de peso e obesidade.

A má nutrição, na maioria dos casos, é um problema múltiplo: normalmente, a ingestão calórica insuficiente vem acompanhada da deficiência de nutrientes, subnutrição e desnutrição.

A diferença entre excesso de peso e obesidade: o peso do corpo humano aumenta em função de uma alimentação com excesso de açúcar e gorduras, da quantidade ingerida e do sedentarismo. Como valor de referência, usa-se o índice de massa corporal (IMC), calculado pelo peso em quilogramas dividido pela altura (em metros) ao quadrado. $IMC = \text{peso (kg)} : \text{altura (m)}^2$. De acordo com a OMS, o IMC ideal de um adulto varia entre 18,5 e 24,9. Pessoas com IMC inferior a 18,5 sofrem de subnutrição. Um IMC entre 25 e 29,9 significa excesso de peso. A partir de um IMC de 30, fala-se em obesidade ou adiposidade; acima de 40, em adiposidade grave.

Pequenos agricultores

Estabelecimentos agrícolas familiares com cultivo e produção adaptados ao contexto; nos países do Sul Global, normalmente consistem em uma agricultura de subsistência ampliada. Sua produção serve para garantir, em primeiro lugar, o sustento da família, ou seja, a atividade produtiva assegura a existência, na medida do possível, sem depender do mercado. Além disso, os pequenos agricultores cultivam alimentos destinados à comercialização local, nacional e internacional, com maior potencial nos mercados locais e regionais, tendo em vista que a agricultura familiar tem poucas chances de acessar os mercados nacional e internacional através das redes de supermercados. No modelo econômico dos pequenos agricultores, predominam os princípios da segurança e sustentabilidade, muito antes de se almejar a maximização da produção e do lucro. Na agroindústria, os pequenos agricultores são apenas coadjuvantes: atuam a serviço das empresas de grande porte, como agricultores integrados ou trabalhadores rurais, deparando-se com o poder crescente do agro-negócio. As mulheres são as principais vítimas desse processo. Normalmente, a pequena propriedade é definida pela área cultivada que, em geral, não passa de 2 ha.

Desenvolvimento rural sustentável

Para Pão para o Mundo, a área de fomento “desenvolvimento rural sustentável” abrange todas as atividades, projetos e programas destinados a melhorar a situação econômica e social da população pobre no meio rural, capacitando essas pessoas a se tornar sujeitos de sua vida, usufruir de seus direitos e ter acesso a recursos de produção e processos de decisão políticos. Isso é necessário quando temos em mente que dois terços das pessoas que vivem em extrema pobreza se encontram no meio rural, e que as mulheres representam dois terços dos pobres no mundo.

Ao lado da utilização das florestas, da pecuária e da pesca, a agricultura é a alavanca e o propulsor mais importante do desenvolvimento rural integral. Essas atividades econômicas exigem uma abordagem muito mais ampla. Entre os elementos que as compõem, citamos:

- o acesso justo e equitativo à terra, à água e aos recursos naturais (florestas, recursos pesqueiros), insumos agrícolas, assessoria e mercados locais;
- o fomento ao beneficiamento e à comercialização de produtos alimentares com o objetivo de gerar renda;
- a criação de cadeias produtivas locais e regionais e a participação das populações menos privilegiadas nesses processos de agregação de valor;
- a promoção de atividades comerciais e do emprego além da agricultura;
- a promoção de sistemas de poupança, do acesso ao crédito e a seguros;
- o fortalecimento da resiliência climática das comunidades por meio da conjunção de atividades de prevenção de desastres com a adaptação às mudanças climáticas no longo prazo;
- a realização de atividades de *advocacy e lobby*, bem como divulgação e relações públicas sobre o tema segurança alimentar no Sul e no Norte Globais.

O desenvolvimento rural deve abarcar, ainda, a garantia de serviços básicos, como o acesso a sistemas de educação e ensino, água e instalações sanitárias. Além disso, é necessário oferecer um futuro, no próprio meio rural, à juventude rural. Para pessoas com baixo potencial de autoajuda, com uma renda incerta e insuficiente, e cujas vidas têm base frágil, é preciso oferecer seguridade social. As condições propícias para o desenvolvimento rural podem

ser criadas pela promoção da paz e superação de conflitos, por atividades de apoio aos migrantes e pelo combate às causas da migração, assim como pela luta por relações comerciais justas e equitativas que facultam a proteção da produção e do beneficiamento local e abrem oportunidades de exportação.

Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 2

Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e a melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável.

Direito à alimentação

O Direito à Alimentação representa a dimensão jurídica no que diz respeito à disponibilidade e ao acesso a uma alimentação adequada, definindo as obrigações dos Estados e possibilitando uma aplicação eficaz pela via judicial e por campanhas políticas da sociedade civil. O Direito à Alimentação, consagrado na Declaração Universal dos Direitos Humanos em 1948, foi explicitado em 1966 no Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (DESC). Em 2004, a FAO aprovou as “Diretrizes Voluntárias sobre o Direito à Alimentação”, complementadas em 2014 pelas “Diretrizes Voluntárias para a Governança Responsável da Terra, dos Recursos Pesqueiros e Florestais”. Quase todos os Estados ratificaram o Pacto DESC, ou seja, os Estados não podem impedir o acesso à alimentação (obrigação de respeitar), devem agir para impedir que terceiros, como empresas privadas, interfiram no acesso à alimentação (obrigação de proteger) e devem utilizar todos os recursos que estão ao seu alcance para prover o acesso a alimentos a quem é incapaz de obtê-los por conta própria (obrigação de prover).

Siglas e abreviaturas

ACP	Grupo de países da África, Caribe e Pacífico
APE	Acordo de Parceria Econômica
CSA	Comitê de Segurança Alimentar Mundial
DESC	Direitos econômicos, sociais e culturais (Pacto dos...)
EKD	Igreja Evangélica na Alemanha
FAO	Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação
FPIC	Consentimento livre, prévio e informado
IPCC	Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas
IVA	Imposto sobre o Valor Agregado
LEGS	Livestock Emergency Guidelines and Standards Diretrizes e Padrões Relativos à Pecuária em Caso de Crises e Desastres
LRRD	Articulação entre a ajuda de emergência, a reabilitação e o desenvolvimento
MSC	Mecanismo da Sociedade Civil (junto ao CSA)
NU	Nações Unidas
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OMC	Organização Mundial do Comércio
OMS	Organização Mundial da Saúde
PAC	Política Agrícola Comum da UE
UE	União Europeia